



ACTA N.º 03/2008

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 27 DE JUNHO DE 2008

Aos vinte e sete dias do mês de Junho do ano de dois mil e oito, no auditório do Centro Associativo Municipal desta cidade, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e nove membros que a compõem faltaram os seguintes:

Rui Ferreira Presidente da Junta de Freguesia da Boa Vista, que foi substituído pelo José Pinto Guedes, José Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia da Memória, que foi substituído por Manuel Costa dos Santos, José Vieira Alves Presidente da Junta de Freguesia de Cortes, que foi substituído por Maria Dionísia Rodrigues Marques, António Francisco Febra Presidente da Junta de Freguesia da Maceira, Laura Esperança Presidente da Junta de Freguesia de Leiria, que foi substituída por Pompeu Grácia Cainço, José Carlos Gomes Presidente da Junta de Freguesia de Souto da Carpalhosa, que foi substituído por Guilherme Gaspar Pereira Domingues, Paulo Pedrosa Pedro, que foi substituído por Henrique Cinca, José Augusto Santos, Presidente da Junta de Freguesia da Chaiça, Armando Pedrosa Damásio Presidente da Junta de Freguesia da Ortigosa, que foi substituído por António Gonçalves, Leonel Costa, que foi substituído por João Curado Silva, Felisberto Ferreira Gonçalves, que foi substituído por Artur Duarte Cordeiro, Luís Pedro Biscaia, que foi substituído por António Pereira Fernandes, Maria Isabel Gonçalves, que foi substituída por Manuel da Conceição Batista, Olegário Pedroso Angélico que foi substituído por Márcia Catarina Ferreira Jesus, Paulo Jorge Reis que foi substituído por Filipe Joaquim Oliveira, Carlos Gomes Luso que foi substituído por Armando Vieira Cardoso, Alda Coelho Pereira que foi substituída por Céline Lampreia Pinheiro, Filipe dos Santos Vieira que foi substituído por Firmino Santos Fonseca, Pedro Faria, que foi substituído por Carlos Daniel Reis, e Joaquim Pereira Marques.



Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes: a senhora Presidente, Isabel Damasceno Campos e os senhores vereadores: Raul Castro, Vítor Lourenço, Neusa Magalhães, Isabel Gonçalves, Fernando Carvalho, Lucinda Caleira e Carlos Martins. Esteve ausente o senhor vereador António Ferreira.

A sessão foi presidida pelo senhor Manuel de Jesus Antunes, Presidente da Assembleia Municipal e secretariada pelas senhoras deputadas: Ana Cristina Branco e Maria de Fátima Sismeiro, 1º e 2º secretários da Mesa, respectivamente.

Havendo “quórum”, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão eram 20.45 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

1. NOVO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – **Apreciação, discussão e votação;**
2. APRESENTAÇÃO DA ACTIVIDADE DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA – **Apreciação;**
3. RELATÓRIO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO – **Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;**
4. 1ª REVISÃO (VIII MODIFICAÇÃO) AO ORÇAMENTO DE 2008 DO MUNICÍPIO DE LEIRIA – **Apreciação, discussão e votação;**
5. PROGRAMA PAGAR A TEMPO E HORAS – EMPRÉSTIMO DE MÉDIO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE €9.536.000,00 (NOVE MILHÕES QUINHENTOS E TRINTA E SEIS MIL EUROS), SENDO €5.721.600,00 (CINCO MILHÕES SETECENTOS E VINTE E UM MIL E SEISCENTOS EUROS), CORRESPONDENTES A 60% DO TOTAL DO FINANCIAMENTO, A CONTRATAR JUNTO DO BANCO DEXIA SABADELL E €3.814.400,00 (TRÊS MILHÕES OITOCENTOS E QUATORZE MIL E QUATROCENTOS EUROS), CORRESPONDENTES A 40% DO TOTAL DO FINANCIAMENTO, A CONTRATAR JUNTO DO ESTADO, ATRAVÉS DA DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 34/2008, DE 22 DE FEVEREIRO. – **Apreciação, discussão e aprovação;**
6. PROCESSO DE LOTEAMENTO N.º 9/06 – LEIRISLENA, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES SA – AJUSTAMENTO DE PORMENOR, APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ART.º 96º DO REGULAMENTO DO PDM – **Apreciação, discussão e votação;**



7. PROCESSO DE LOTEAMENTO N.º 6/02 – MANUEL DA CONCEIÇÃO BAPTISTA – AJUSTAMENTO DE PORMENOR, APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ART.º 96º DO REGULAMENTO DO PDM – **Apreciação, discussão e votação;**
8. ALTERAÇÃO AO TRAÇADO DA VIA PÚBLICA – RUA DAS BARROCAS DO FORNO, CASAL DA QUINTA, FREGUESIA DE MILAGRES – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA B), DO N.º 4 DO ART.º 53º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO – **Apreciação, discussão e votação;**
9. ACTUALIZAÇÃO DA TAXA DE UTILIZAÇÃO DOS SISTEMAS PÚBLICOS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS (TUSPAR) PARA O ANO DE 2008 – **Apreciação, discussão e votação;**
10. CRIAÇÃO DE TAXAS EM CONFORMIDADE COM A ÚLTIMA ALTERAÇÃO AO REGIME JURÍDICO DA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO – **Apreciação, discussão e votação;**
11. COMISSÃO MUNICIPAL DE LEIRIA PARA APRECIACÃO DE DIVERSOS PEDIDOS DE AUTORIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO/MODIFICAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS – RECONFIRMAÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA – **Apreciação, discussão e votação;**



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhores deputados façam favor de tomar os vossos lugares. Vamos dar início aos trabalhos desta sessão.

Como já foi notório para alguns temos aqui algumas modificações, avanços técnicos, dentro da nova era digital e de informatização. Vamos discutir cada um destes pontos a seguir, mas na sequência daquilo que há muito tempo foi proposto, e julgo que inicialmente pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Barreira que insistiu até várias vezes nesse assunto, nós tomámos a iniciativa depois de vários estudos, de convocar esta reunião por meio electrónico com o envio da convocatória e da agenda para o correio electrónico individual que consta dos registos dos serviços de apoio à Assembleia Municipal. Depois, foram informados do site onde se encontravam os documentos todos, pertinentes a esta Assembleia.

Nós temos bem a noção de que alguns dos presentes não estão habituados a este tipo de tecnologia e naturalmente que, a decisão vai depender de todos ou da maioria, não significando aqui uma divisão em bancadas mas do resultado da



votação. Entendo também que àqueles a quem esta tecnologia não for conveniente, possam ser facilitados os meios classicamente disponibilizados. Mas iremos discutir todos esses pontos.

Para este fim, a partir desta reunião, nós passamos a ter oito computadores onde constam todos os documentos distribuídos da forma como podem constatar. Um para a senhora Presidente, um para a Mesa, um para a secretária de apoio e um por cada bancada municipal, que será comandado por quem for designado pela respectiva bancada. Os documentos para esta e para as próximas sessões são previamente carregados no computador e cada um poderá trazer numa pen ou num cd os seus próprios documentos pessoais, que queira utilizar durante a Assembleia. Cada um fará a gestão do seu próprio computador e do seu ambiente de trabalho conforme o entender.

Eu peço-vos já de início, que façam um esforço. Eu sei que é sempre mais cómodo ficar como estávamos, mas quem estudou o assunto pensa que isto é um avanço e nesse sentido julgo que é nossa obrigação disponibilizarmo-nos para esse avanço.

A ideia principal é naturalmente reduzir as resmas de papel que têm sido utilizadas até aqui para distribuir pelas pessoas e evitar a distribuição protocolar através de vários motoristas da Câmara, o que acarreta uma despesa muito grande. Às vezes mais do que uma vez por cada reunião. Durante a discussão que vamos fazer na primeira parte, é o primeiro ponto da ordem do dia, discutiremos esses pormenores porque eu quero fazer uma proposta de alteração ao Regimento nesse sentido. O Regimento diz que serão convocados por carta registada ou por protocolo e naturalmente aquilo que se pretende é introduzir e validar este novo meio de convocatória, sem prejuízo de introduzir alguma previsão que possa salvaguardar os interesses daqueles que não se sintam tão familiarizados com o novo método.

Portanto, eu vou pedir também que antes de começarmos a reunião, no período de "antes da ordem do dia", não se refiram a este assunto porque vamos depois discutir-lo no ponto um da agenda de trabalhos.

Estão duas pastas no ambiente de trabalho, uma contém o Regimento e a outra pasta contém toda a documentação respeitante à Assembleia, nomeadamente exibindo em primeiro lugar a acta da última sessão. E depois, vêm os documentos respeitantes aos pontos da ordem do dia, devidamente ordenados, e há ainda um ponto que irá ser discutido, a pedido da senhora Presidente da Câmara, para introduzir na ordem de trabalhos se a Assembleia assim o entender. É um assunto



urgente, de acordo com a informação que tenho, mas depois na altura a senhora Presidente dará as justificações.

As actas das sessões anteriores não estão aqui. Se entenderem que é importante que constem, também se poderão colocar, apesar de habitualmente na Assembleia não serem discutidas.

Voltando então ao outro ponto, que é o acesso aos documentos da reunião.

Foi enviado para cada um na convocatória, a informação do link que permite o acesso à página privada dos membros da Assembleia Municipal. Pelo que, eu devo pedir aqui um aplauso para o senhor Francisco Figueiredo, porque foi quem teve todo este trabalho de construção do modelo.

Aquilo que vamos passar a ter é mais simples. Na página do Município, há uma coluna à esquerda onde diz Assembleia, que é de consulta pública. Vai passar a estar um botão que diz “área reservada”. Depois de clicar nesse botão, é introduzida a identificação do utilizador e a palavra-chave que vos foi fornecida, e terão de imediato acesso à documentação pertinente à Assembleia. Claro que aqui se levanta um problema, que é o problema da confidencialidade, se é que há alguma confidencialidade nisto, ou seja, se alguém fornecer os dados de acesso à página nós não podemos impedir, mas também não há aqui segredos de Estado. De qualquer maneira, penso que é um dever ético. Apesar de tudo, é propriedade individual de cada um de nós e por isso devemos mantê-la entre nós. Depois, também podemos ir variando um pouco as palavras-chave.

É natural também que na parte da Assembleia que fica reservada aos cidadãos, comecem cada vez mais a aparecer documentos emanados da Assembleia, para além das actas, para que comecemos a ter uma Assembleia mais visível para os cidadãos.

Vamos então começar a Assembleia e dou mais uma vez as boas-vindas aos senhores deputados.

Cumprimento a senhora Presidente da Câmara e os senhores Vereadores, cumprimento os senhores membros da Comunicação Social, cumprimento o público que está a assistir à Assembleia. Desejo que esta sessão decorra como tem sido norma nas nossas assembleias, enfim, dentro de uma certa calma e de um certo rigor e disciplina.

Temos um grande número de pontos a discutir, mas não me parece que possa constituir um problema que nos obrigue a ir até de madrugada.



Para isso, eu já tinha deixado uma nota da sessão anterior, para dizer que vamos ter que cumprir rigorosamente aquilo que diz o Regimento, isto é, a não ser que haja algum assunto de grande fundo e de grande interesse de actualidade, que seja reconhecido por todos, vamos manter o período de antes da ordem do dia nos sessenta minutos com limitação.

Eu peço aos senhores deputados que não tragam grandes relatórios para ler no período antes da ordem do dia. Se o assunto é assim tão importante, é melhor que seja agendado para uma próxima Assembleia ou então justificando previamente que é um assunto extraordinário e que necessita de mais tempo para ser discutido. Eu peço a todos a vossa compreensão, vamos tentar limitar o tempo das pessoas e tentar agilizar um pouco mais a Assembleia. Isto aplica-se também ao período da ordem do dia mas aí obviamente, os assuntos terão que ter o período de discussão que cada ponto merecer ou necessitar.

Finalmente um terceiro ponto.

O senhor deputado Paulo Reis comunicou que não poderia estar presente e portanto está a ser substituído pela senhora deputada Maria de Fátima Sismeiro, que exercerá o cargo de 2º secretário, de acordo com a indicação da bancada do PSD. A senhora deputada Cristina Branco, exercerá o cargo de 1º secretário da Mesa. Se não houver objecções, a composição da Mesa será esta.

Tenho ainda mais algumas comunicações de ausência dos seguintes deputados: o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Memória está representado pelo secretário da Junta, o senhor Manuel Costa Santos e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Souto da Carpalhosa, está representado também pelo secretário da Junta, o senhor Guilherme Gaspar Pereira Domingues. Há mais alguns pedidos de justificação com indicação dos substitutos, que foram entregues aos serviços de secretariado e por isso como ficarão registados em acta, escuso-me de os ler.

Como tem sido nosso hábito, vamos dedicar três minutos a uma intervenção de um elemento do público, ao senhor Costa Alves da Liga do Combatentes, que pediu para intervir. Está presente? Faça favor!

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

COSTA ALVES (MUNÍCIPE)

Muito boa noite a todos!



Minhas senhoras e meus senhores, senhor Presidente, senhora Presidente da Câmara, excelentíssimos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, excelentíssimos senhores Vereadores e senhores deputados.

Penso que se lembram de mim, eu estive cá na última sessão, e nessa altura estava aqui com as mãos estendidas a pedir-vos a vossa ajuda para se fazer um memorial em nome dos ex-combatentes que caíram pela Pátria no século passado.

Neste momento venho aqui pessoalmente agradecer aos senhores e à senhora Presidente da Câmara a gentileza que tiveram em colaborar nesta iniciativa.

O memorial foi inaugurado no passado dia 10, tive muito prazer em que a nossa Presidente da Câmara estivesse presente, foi para mim um êxito porque em duas vezes conseguimos dar a volta ao Concelho e obtivemos a colaboração de quinze Juntas de Freguesia, muito obrigado pela ajuda que deram e hoje venho aqui pedir-vos o favor de também colaborarem. Faltam sete, eu é que estou a entrar com esse dinheiro para se fazer o painel, são cento e dezasseis euros por cada Junta de Freguesia e portanto agradeço a vossa gentileza. A obra está lá, vão ver, porque certamente terão muito prazer em ver lá o nome da vossa Freguesia, juntamente com os heróis da Pátria.

Há uma outra situação que eu gostaria de expor aqui.

Todos certamente já me conhecem, eu estou no Centro Histórico da cidade há trinta e cinco anos, mesmo na parte mais baixa desta cidade estou a vinte e oito metros da altura e temos ali uma situação relativa à Igreja da Misericórdia. Já pedi a várias pessoas, desde a Misericórdia à senhora Arquitecta Vitória Mendes, e hoje venho aqui pedir porque eu estou na sala de visitas da cidade e como tal, as pessoas passam ali e tiram fotografias àquela igreja que se encontra a cair. A noite passada, junto à sacristia, foi lá alguém e tirou um degrau, está lá também um painel alusivo à primeira tipografia que já está a cair e está cheio de silvas. E portanto o que eu venho pedir aos senhores é que fizessem um esforço no sentido de que sejam tomadas algumas medidas em termos de limpeza e também em termos de conservação daquele monumento.

Senhor Presidente e senhora Presidente muito obrigado e mais uma vez peço aos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia que ainda não colaboraram, que dessem uma pequena ajuda, a quantia também não é muita. Lembro até que houve uma Junta de Freguesia que não tendo dinheiro deu sessenta e seis euros e os membros da Junta colectaram-se com cinquenta euros. Portanto meus senhores, eu

08-06-27 AM



não queria ir para a vossa Freguesia mendigar mas apelo à vossa compreensão e ajuda. Mais uma vez obrigado a todos, desejo-vos uma boa noite e uma boa sessão.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Há também mais um pedido de intervenção do público, que eu tinha conhecimento, que é do senhor Anjos Fernandes. Está presente? Não está!

O próximo ponto que temos que apreciar, antes de iniciarmos o período de antes da ordem do dia, é a discussão e aprovação da acta. O documento foi disponibilizado também para consulta e foi enviada por correio electrónico.

Eu pergunto se alguém tem alterações a propor ou correcções à acta?

Faça favor senhor deputado Vitorino Vieira.

DEPUTADO VITORINO VIEIRA PEREIRA (BE)

Boa noite a todos!

Vitorino Vieira Pereira, Bloco de Esquerda.

Queremos acreditar que, por lamentável lapso, não aparece transcrita na acta, da Assembleia de 29 de Abril, as referências ao Bloco de Esquerda, sempre simpática como sabemos, efectuadas pela senhora Presidente durante a sua intervenção após ter terminado o período denominado “antes da ordem do dia”.

Como é óbvio, não nos passa pela cabeça a ideia de censura prévia, ou acto semelhante, tratou-se de mero erro e por tal motivo, susceptível de ser emendado.

Temos a certeza que a gravação foi efectuada e por isso será fácil a sua correcta reposição, seria de todo estranho, aliás, que a gravação só falhasse nessa altura.

E nessa referência ia implícita, infelizmente, uma enorme ingratidão, o esquecimento, e para só falar neste caso, por ser mais próximo de nós, da actuação do arqueólogo João Carlos Teiga Zilhão, actualmente docente da Universidade de Bristol, que foi cabeça de lista do Bloco de Esquerda pelo Círculo Eleitoral de Leiria às eleições para a Assembleia da República no ano de 2002, quando referiu que no Bloco não existia ninguém com “nível” para ser convidado para as festividades do 25 de Abril.

Ele que foi o grande impulsionador de uma das mais importantes descobertas paleontológicas do País, denominado “menino do Lapedo”, que tem dado mais publicidade ao nosso Concelho que alguma vez dará o famigerado Estádio Municipal, que tanto dinheiro nos custou e continua a ser um delapidador das nossas finanças.

08-06-27 AM



Como estamos perante uma Assembleia, eminentemente política, e por tal motivo e muito bem, sujeita ao controle dos cidadãos que em nós votaram e me nós confiaram, na acta deve estar reflectida as nossas opiniões sobre os mais diversos assuntos, para que eles saibam o que nós pensamos sobre os variados assuntos aqui decididos e o que pensamos sobre aqueles e o que eles representam, politicamente falando, e que fazem parte deste órgão democrático.

Esta é, parece-nos, a grande riqueza da democracia.

Por tal motivo, vimos requerer que a acta só seja aprovada na próxima Assembleia Municipal, depois de devidamente rectificada, com a inclusão da parte das declarações da senhora Presidente que nela não se encontram descritas.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor deputado, em relação a isso a única coisa que posso dizer é que fui apanhado de calças na mão, e portanto naturalmente que iremos ver o que é que se passa e se as outras bancadas assim o entenderem não vejo dificuldade nenhuma em que seja diferida a aprovação da acta para uma próxima reunião, aprovaremos duas em vez de uma!

Alguém tem mais alguma coisa acrescentar?

Muito bem, a acta é retirada e será presente na próxima sessão.

São vinte e uma horas e quinze minutos, vamos entrar efectivamente no período de "antes da ordem do dia" e temos sessenta minutos a partir de agora.

Está inscrito o senhor deputado António Sequeira, faça favor.

ANTES DA ORDEM DO DIA

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

António Sequeira, Partido Socialista.

Senhor Presidente da Assembleia, senhora Presidente da Câmara, senhores Vereadores, minhas senhoras e meus senhores, uma intervenção muitíssimo rápida para avaliar duas situações.

A primeira é a situação que o senhor Costa Alves expôs, na parte que diz respeito à Igreja da Misericórdia. Concordo, embora não seja um edifício da jurisdição da

08-06-27 AM



Câmara Municipal, a senhora Presidente da Câmara poderia pedir a quem direito, que não deixe efectivamente chegar ao estado de decrepitude em que se encontra aquele edifício bonito e central. Em relação ao resto não o posso ajudar porque já paguei a minha parte em géneros, durante vinte e seis meses.

Outro assunto que trazia aqui também para corroborar uma notícia que li hoje no jornal de ontem, em relação à situação dos pombos na Praça Rodrigues Lobo. Efectivamente há aquela praga que existe na Praça Rodrigues Lobo, que atingiu um grau incrível. De facto não há sossego. Não se pode estar a comer o que quer que seja em cima daquelas mesas, cai uma pomba a todo o momento, e há problemas segundo diz a pessoa que escreveu o artigo, de saúde pública. Tenho a certeza que em relação aos problemas de higiene estes existem, em relação a problemas dos algeroz das casas existem com certeza, e segundo julgo saber, o grande problema é efectivamente as pessoas que alimentam as pombas, nomeadamente a milho, porque este assunto tem sido resolvido nas outras autarquias com um milho especial que se lhes dá, que faz com que elas não se reproduzam. E isto é que é grave penso, desde que as pombas se habituem ao milho sem este produto nunca mais tocam no outro. Foi isto que li uma vez em relação à cidade de Lisboa. Penso que inclusivamente há coimas previstas para este facto, não estou a pedir que se multe ninguém, bem basta o estacionamento, e portanto aquilo que eu agradecia é que a Câmara pudesse eventualmente ter uma atitude pedagógica em relação a isto, porque as ideias feitas são precisamente ao contrário “coitadinhos dos pombos vou é levar um saco de milho para lhes dar”. Não é efectivamente isso que acontece.

Queria também pedir e perguntar à senhora Presidente da Câmara, quando é que se poderá resolver aquela autêntica nódoa que é o edifício da antiga garagem da Auto Leiria, na Avenida dos Combatentes. Aquilo já não tem classificação possível, pelo estado em que de facto se encontra aquele edifício, e por isso gostaria que a senhora pudesse dizer-nos alguma coisa, embora eu pense saber, mais ou menos, o que é que efectivamente entrava e o que é que faz com que esteja ali uma nódoa naquele sítio, que realmente não beneficia nada a nossa cidade. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Tem agora a palavra o senhor deputado Cláudio de Jesus.

DEPUTADO CLÁUDIO DE JESUS (PSD)

Boa noite!

08-06-27 AM



Cláudio de Jesus, PSD.

Senhor Presidente, Senhora Presidente, caros colegas Deputados, senhores Vereadores, público e Comunicação Social.

Trazem-me aqui dois motivos. O primeiro prende-se com a realização no passado fim-de-semana da Taça da Europa de Atletismo aqui em Leiria, no Estádio Municipal Dr. Magalhães Pessoa. Penso que foi um evento, pelo menos eu estive presente no primeiro dia, no segundo não pude, que de alguma forma nos orgulhou enquanto Leirienses, porque mostrou que somos capazes de fazer tão bem ou melhor do que todos os outros, quando a isso nos predispomos. Temos ali condições únicas para a prática do atletismo, condições que não existem em mais parte alguma no nosso País e uma vez que para o próximo ano se prevê ou já está garantido, ao que julgo saber, pelo menos da comunicação social, a realização da Super Liga a que Portugal ascendeu por direito próprio da Taça da Europa de Atletismo. Não sei se é esta a denominação correcta, é portanto a divisão máxima daquela modalidade desportiva, que tão boas tradições tem no nosso País, e estando nós, Leiria, leia-se, infra-estruturas desportivas do Estádio Dr. Magalhães Pessoa e áreas adjacentes, em competição com o Estádio do Jamor, na última vez que lá estive foi há dois anos e confesso que o que vi não tem paralelo com aquilo que nós temos aqui, acho que valia pena tentarmos fazer um esforço para que o dito evento em 2009 venha para Leiria e seja organizado aqui no nosso Concelho.

Propunha-vos que se redigisse um documento, se entendessem fazê-lo, entre todos, a reforçar o pedido ou a demonstrar a excelência das condições que temos junto do Secretário de Estado do Desporto, eventualmente do Presidente da Federação Portuguesa de Atletismo. Esta era a primeira questão.

A segunda tem a ver com um assunto que já aqui trouxe. Não foi exactamente aqui, foi em Monte Real, o ano passado salvo o erro, na Assembleia Municipal de Abril eu levei uma proposta que foi votada por unanimidade. Aprovámos uma moção que foi dirigida ao senhor Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, a qual não teve qualquer consequência. E essa moção tinha a ver com o facto de a Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Lis, ter em curso um conjunto de projectos, infelizmente não passam de projectos, porque como diz o ditado, não há omeletas sem ovos, e esses projectos para vingarem precisam de financiamento.

Eu tenho aqui um documento que posso ler muito rapidamente, e propunha-vos também que de alguma forma saísse daqui uma moção, que reforçasse este pedido

08-06-27 AM



de apoio a candidaturas comunitárias numa área que julgo saber que tem bastantes verbas disponíveis, e que tão desconsiderada tem sido pelos órgãos do poder central no nosso País, nas duas ou três últimas décadas.

Passava a ler:

“O Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Lis beneficia cerca de 2.100 há de solos férteis do vale desde Leiria a Vieira de Leiria. Dos 3.300 proprietários de terrenos que são beneficiários do Aproveitamento, destacam-se cerca de 100 explorações de pequena e média dimensão com actividades principais de produção pecuária (leite), horticultura para fresco e horto-industriais.

O Aproveitamento insere-se num projecto mais vasto estendido a toda a bacia do rio Lis, no qual foram estudados e tratados problemas de correcção torrencial, transporte sólido, regularização e sistema fluvial.

A Obra do Lis criou, nos anos 50, novas condições de salubridade e acessibilidade nesta região e constitui, de facto, um empreendimento de fins múltiplos, onde os objectivos agrícolas se consideravam subsidiários dos objectivos principais de defesa contra cheias e drenagem do vale.

Em 1957, a obra é dada por concluída, mas só em 1965, após a execução de um grande número de obras complementares às redes de rega e de drenagem, foi feita a sua entrega formal à Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Lis.

Dados os enormes trabalhos e encargos envolvidos com a conservação e exploração de todas as obras, com um grande peso dos custos do sistema de defesa e redes de drenagem, relativamente aos dos sistemas de rega, foram recentemente desenvolvidos contactos com entidades regionais, no sentido de sensibilizar para a importância que assume a tarefa de Manutenção do Sistema de Defesa e Drenagem do Vale do Lis, entregue desde o início da Obra do Lis exclusivamente ao sector agrícola.

Considera-se existir hoje um reconhecimento, por parte das entidades envolvidas, que a manutenção e conservação do sistema de defesa contra cheias, do sistema viário e de parte do sistema de drenagem da Obra do Lis é fundamental, quer para a actividade económica em geral, quer para o funcionamento das infra-estruturas que apoiam as populações da zona envolvente.

Constata-se que, actualmente, uma parte substancial das redes colectivas não são funcionais, não só porque as bases de concepção da obra inicial foram ultrapassadas, no que respeita às possibilidades actuais de gestão do sistema colectivo e dos



sistemas de rega individuais, mas também porque as infra-estruturas que se encontram muito degradadas verificando-se em muitos casos, estarem obsoletas e em colapso, uma vez que estão a atingir o fim da sua vida útil.

O reconhecimento do estado geral de degradação da obra, em especial da componente de rega, levou os serviços do Ministério da Agricultura a desenvolver estudos e projectos para a sua modernização e reabilitação, associada a uma acção de reestruturação fundiária.

Entretanto foram já executados diversos investimentos em obras primárias, 2 açudes automatizados no rio Lis e 2 estações elevatórias de dupla função, na sequência dos quais estão programadas as obras secundárias que viabilizam todo o sistema integrado, sem as quais não são repercutidos os efeitos nas explorações beneficiárias.

O Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Lis beneficia a maior mancha de aluviões da região de Leiria, com grande potencialidade para a produção agrícola – existindo hoje explorações líder na produção Pecuária para Leite, Hortoindustriais e Hortícolas para fresco.

Ao aproveitamento, nas componentes de defesa e drenagem, que se insere num empreendimento de fins múltiplos, foi reconhecida há vários anos a necessidade de modernizar e adequar as infra-estruturas do aproveitamento colectivo às tecnologias e exigências da agricultura moderna, tendo sido desenvolvidos os projectos e procedimentos ambientais necessários para a sua concretização.

A sustentabilidade da actividade agrícola está associada à implementação do projecto de modernização e reabilitação e de um novo modelo de gestão partilhada com outros sectores beneficiários, de modo a criar as condições de confiança para a consolidação e melhoria da competitividade das empresas agrícolas, envolvendo-as consequentemente no processo de gestão colectiva do empreendimento.

Penso que, conforme o exposto, a Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 27 de Junho de 2008, deverá apresentar uma moção ao Senhor Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, com o intuito de que venha a considerar prioritárias as candidaturas dos projectos de reabilitação do Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Lis, e de defesa da Protecção Florestal promovida pela Câmara Municipal de Leiria, dando-lhe o necessário enquadramento nas medidas do novo Quadro Comunitário de Apoio, com vista à sua execução no mais curto espaço de tempo possível." Muito obrigado.

08-06-27 AM



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

O documento que leu não é propriamente a moção? Pedia-lhe que fizesse o favor de o entregar à Mesa.

A seguir tem a palavra o senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Boa noite a todos

Domingos Carvalho CDS/Partido Popular.

Senhor Presidente, distintos elementos da Assembleia, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, caro público, imprensa.

Em primeiro lugar, secundar a proposta apresentada aqui pelo deputado Cláudio de Jesus. Também fui dos poucos e quando digo dos poucos já agora permitam-me que faça aqui um comentário.

Uma das coisas que eu acho que é defeito da nossa região, é que acho que nós falamos pouco uns com os outros, e o evento como a Taça de Atletismo é um evento importante. Foi uma coisa giríssima, eu estive lá, vibrei imenso com aquela circunstância, tenho pena que não estivessem estado mais de vós, até por isto que estava a dizer, era uma possibilidade de que todos convivêssemos mais e discutíssemos mais o futuro do Concelho.

Colocada essa questão e secundado o pressuposto de que a organização viesse para Leiria, acho que seria extremamente importante exactamente como também o fenómeno de vitalização do Estádio.

Li hoje uma notícia que de facto me preocupou um pouco, que foi aquela em que o Nelson Évora e a Naíde referiam aquela questão do vento em relação ao Topo Norte. Eu acho que era importante que houvesse a possibilidade de intervenção no sentido de que a candidatura que pudéssemos formalizar a essa organização fosse inquestionável, porque realmente parece-me que os argumentos de base existem, temos que concluir aquilo que nos possa faltar, no sentido que não haja desculpas porque seguramente elas não irão faltar.

Mas o motivo que me traz aqui é claramente um pedido de esclarecimento à Assembleia.

Como sabem, foi constituída uma Comissão para fazer o acompanhamento, enfim, a questão para mim coloca-se exactamente nestes termos, entre a proposta que o



deputado José Manuel Silva formalizou e aquilo que acabou por ser lido em termos de acta em relação à Comissão de Acompanhamento da Leirisport. Eu que tenho participado em algumas das comissões que nós levámos a cabo nesta Assembleia, tenho dificuldade em trabalhar se não tiver objectivos claros, ou seja, se não conseguir saber exactamente qual é o propósito do trabalho que nos é signado. Razão pela qual, não posso deixar de vos pedir, uma vez que esta Comissão emana de uma decisão da Assembleia, que fique claro.

E eu coloco a questão nos seguintes termos: salvo melhor opinião e eu quando estava a perguntar ao senhor Presidente se havia aqui as actas anteriores é porque na verdade estas novas tecnologias permitem-nos essa facilidade, aquilo que os papéis demoram muito tempo a consultar aqui com facilidade o líamos e portanto era uma sugestão que me pareceria importante:

Eu creio recordar-me de memória, sem que pense que tenha sido formalizada por papel, algo que não em papel, em forma escrita, o deputado José Manuel Silva colocou-nos aqui uma proposta de auditoria da gestão, desde o início, da Leirisport. Creio que as palavras eram mais ou menos estas. Aquilo que acabou por ser votado, o texto, é uma Comissão de Monitorização da Actividade da Leirisport. E eu muito claramente peço, porque é para mim importante em termos da minha decisão do trabalho que tem que ser feito, o que é que a votação que fizemos de monitorização do funcionamento da Leirisport, quer realmente dizer. Peço-vos que se faça este pequeno debate porque me parece que é importante, até porque se o objectivo é que daí saia alguma luz, temos que saber qual é a luz que procuramos. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra o senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Senhora Presidente da Câmara e vereação, Mesa da Assembleia, comunicação social, ilustres deputados, Presidentes de Junta e representantes das autarquias, ilustre público, a todos boa noite.

A razão que me traz aqui é no fundo fazer dois votos de congratulação.

O primeiro tem a ver com algumas intervenções que fiz no passado nesta Assembleia, no que respeita à segurança da nossa cidade e do nosso Concelho, e o



voto de congratulação é relativo à inauguração da Esquadra dos Marrazes. Esse voto de congratulação, é naturalmente para o esforço que foi feito pela Junta de Freguesia dos Marrazes e nomeadamente pela senhora Presidente, pela Câmara Municipal e também sublinhar a sensibilidade que finalmente o Ministério da Administração Interna teve, relativamente a esta questão, após sucessivos apelos que foram feitos em relação a esta matéria. Esperemos, que embora não seja uma solução que responda a todas as necessidades de segurança no Concelho, há outras zonas urbanas e rurais que estão carentes de uma atenção especial nesta área da segurança, mas é um passo importante e esperamos que com isso a segurança no Concelho seja efectivamente reforçada. Portanto, este era um primeiro voto de congratulação.

O segundo voto de congratulação tem a ver com as comemorações do Dia da Cidade. Julgo que correu de uma forma brilhante, o convidado fez uma locução muito interessante, penso eu que todos verificaram a dignidade do acto, e tivemos inclusivamente na mesa nesse dia a presença do nosso ilustre vereador do Partido Socialista, Raul Castro, que esteve na mesa e não esteve perdido no meio da assistência. Portanto até sob esse ponto de vista me quero congratular. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Segue-se agora o senhor deputado José Augusto Esteves.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

José Augusto Esteves, PCP.

Muito boa noite.

Senhor Presidente, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores membros da Assembleia Municipal.

O nosso companheiro Domingos Carvalho trouxe aqui o problema da Leirisport e da Comissão, e de facto eu fiquei das duas reuniões que já fizemos, estava a ver se o deputado Joaquim Marques chegava entretanto, com a sensação que não havia consenso em relação ao objecto da Comissão. Eu já agora gostaria de dar a minha opinião em relação a esta matéria.

Eu julgo que não faz sentido auditar desde a origem da Leirisport até hoje, a actividade da Leirisport. Primeiro porque não temos tempo, temos muito mais que



fazer, nem competência nem capacidade para ir agora como Comissão da Assembleia Municipal, trabalhar tecnicamente um conjunto de coisas.

Eu acho que o que faz sentido, é responder à questão que está subjacente àquilo que na altura aqui também o nosso companheiro José Manuel Silva colocou, que é o de saber se faz sentido ou não, se é necessária ou não aquela empresa, tendo em conta digamos as funções que desempenha, os gastos que tem, a situação que existe, e se no quadro actual faz ou não faz sentido a sua existência. Ir à procura digamos do histórico, julgo que não faz sentido. E portanto a resposta tem que ser esta.

Mas eu ponho outra questão ainda. É que eu fiquei com a sensação que esta Comissão também trataria de avaliar aquela questão do inquérito, daquela proposta que eu aqui fiz em relação àquele problema da concessão dos restaurantes, etc.

E já agora dizer o seguinte:

Também talvez seja o momento de discutir acerca da competência da Assembleia Municipal e como é que cada um de nós vê, digamos, o papel nesta matéria. Para mim é claro que a Assembleia Municipal fiscaliza fundações, empresas municipais, a gestão da Câmara, há um conjunto de atribuições e de competências desta Assembleia que não se confinam digamos, à fiscalização e ao acompanhamento da actividade municipal exercida pelo executivo. E eu digo isto porque fiquei com a sensação de que há uma leitura restritiva da actual lei das empresas municipais.

A lei das empresas municipais não revoga as competências da lei das autarquias, do funcionamento e das competências das autarquias. E portanto, eu tenho ideia de que esta Assembleia no caso, e também precisamos de tratar disto com uma certa clareza, por exemplo de assumir a responsabilidade do inquérito que aqui falámos na última Assembleia, se porventura se pode dirigir directamente e perguntar matéria que ache conveniente para apurar as responsabilidades. Pois, o deputado Domingos está ali a acenar a dizer que não faz sentido esta discussão mas eu julgo que tem que fazer, porque nós precisamos de clarificar e podemos depois discutir, mas precisamos de saber em concreto qual é o entendimento que se tem acerca desta matéria. Porque eu vou mais longe. Talvez não o devesse fazer porque não está cá o deputado Joaquim Marques e eu gostava que ele estivesse aqui, mas houve alguém que pediu um balancete, e alguém respondeu que isso não se dava em nenhuma empresa e muito menos nesta. E portanto, é só para dizer que não há nada, nenhum elemento, não há nenhum documento que possa nenhuma empresa municipal esconder da Assembleia Municipal quando se trata de clarificar aspectos da sua



gestão. Nenhum! A gestão tem que ser transparente sobre os interesses públicos que aqui estão. E depois é o seguinte:

Uma empresa municipal é portanto uma empresa do Município, e o órgão de fiscalização do Município e aquele que representa em última instância o Município, é a Assembleia Municipal. Não é outro. E eu tenho ideia que isto não está clarificado na cabeça de algumas pessoas. E é por isso que eu aqui ponho, e estou muito em desacordo se porventura da parte de quem está na administração da Leirisport, pensar que não tem que prestar contas indirecta ou directamente. É isso que falta aqui decidir a Assembleia Municipal, para mim é clarinho. O artigo 53º da Lei 169/99 é muito claro acerca dessa matéria e portanto era bom que isso ficasse tudo muito claro.

A outra questão, eu julgo que toda a gente leu, um parecer de um jurista à volta da Valorlis, e eu precisava de clarificar também algumas destas questões, daquilo que eu li. Só li apenas no jornal, mas percebi que há um jurista a quem se pede um parecer jurídico e ele argumenta com critérios económicos, nomeadamente a incongruência ou incosequência ou irracionalidade da rotatividade ou do princípio da rotatividade do aterro da Valorlis.

Eu não sei se vão pagar ao senhor jurista ou quem é que paga ao senhor jurista, por acaso até podia pagar a Valorlis ou a Câmara de Pombal, porque na realidade eu julgo que é inaceitável que se peça um parecer acerca de um compromisso que está consubstanciado num acordo parassocial negociado de boa fé pelo Município de Leiria. Se calhar não estão aqui algumas das pessoas que negociaram isso e que acompanharam este processo, mas eu estive, e não compreendo, francamente, que alguém hoje possa pôr em causa, que há um compromisso assumido entre todos os seis municípios que deviam respeitar. E não me venham com o argumento económico para eventualmente pôr em causa digamos a assunção daquilo que são os nossos interesses neste processo.

Eu fiquei também preocupado pelo seguinte: é que deu a entender a notícia e era bom que a senhora Presidente confirmasse, porque se for assim vou ter que fazer aqui uma proposta, que a Câmara teria abdicado da via judicial para defender os interesses do Concelho e dos munícipes que têm naturalmente interesses na zona envolvente, a serem defendidos. Eu não aceito, digo francamente, do ponto de vista pessoal, já nem é do ponto de vista político, estando e dando o meu aval à solução de um problema que é um problema da região, precisávamos de encontrar uma



resposta, e tentámos encontrá-la, Leiria abriu os braços a essa possibilidade, combinámos entre nós que depois rodava, e agora é o princípio da rotatividade, já não é os dez anos, nem os doze, nem os quinze, não interessa, é o princípio da rotatividade, fica o Município dependente da decisão arbitrária dos órgãos da Valorlis. Nós não podemos aceitar isto! E portanto só há uma solução na minha opinião. Podemos dizer que o parecer que veio não é um parecer muito favorável, seja qual for, a verdade é que o não agir, o não tomar a decisão, o não ir buscar seja a advogados de prestígio ou seja aos próprios serviços jurídicos do Município, formas de fazer valer os seus direitos, é aceitar de antemão que a decisão, que o acordo parassocial não tem qualquer validade jurídica. E daí, eu gostava de dizer o seguinte: Do ponto de vista da Assembleia Municipal, eu julgo que não podíamos aceitar que a Câmara pudesse eventualmente pensar que não iria tentar por todos os meios independentemente qual seja o resultado final, porque o resultado final nunca será pior do que aquele fizer se não se tomar a iniciativa, que é entregar nas mãos de outrem aquilo que são os nossos interesses e que não têm o direito. Eu acho e considero que é de um profundo oportunismo, que aquilo é um golpe miserável, sabendo que há um compromisso assumido entre seis municípios na rotatividade, e é aceitar que o golpe prevaleça, aliás, que a má-fé prevaleça em relação a esta matéria.

E digo mais, podemos eventualmente e tendo em conta os investimentos feitos, adiar, poder negociar, abrir espaço a encontrar novas soluções noutro tempo, mas o princípio da rotatividade tem que ser acautelado. E esse princípio tem que ser garantido nem que seja pela via judicial, tem que se aceitar que a Valorlis nos próximos três ou quatro anos não decide comprar mais terrenos ao lado e depois diz e impõe que é ali que vai ficar mais não sei quantos anos. E portanto, isto tem que ficar claro. E não me parece que possamos adiar por muito mais tempo esta decisão, e daí que eu tenho uma proposta, quero ouvir a senhora Presidente, se porventura a senhora Presidente não disser que a Câmara Municipal vai agir por via judicial, no sentido de defender os interesses do Município, e neste caso dos municípios, daquela Freguesia e das Freguesias envolventes, eu tenho uma proposta a apresentar.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.



A seguir tem a palavra a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Monte Redondo, Maria Espadinha.

MARIA ESPADINHA AZINHEIRO Presidente da Junta de Freguesia de Monte Redondo)

Boa noite a todos!

Maria Espadinha, CDS/PP, Presidente da Junta de Freguesia de Monte Redondo.

Permite-me cumprimentar vossas excelências, senhor Presidente senhora Presidente, senhores deputados, senhores jornalistas, excelentíssimo público.

Venho expor um assunto senhor Presidente, o qual gostava que fossem tomadas as devidas providências e que fosse dado conhecimento do seguinte:

Na minha Freguesia, mais propriamente no lugar de Fundo de Cova, ultimamente e digo ultimamente porque tem sido nestes últimos anos que as pessoas daquele lugar têm andado em sobressalto e completamente em desassossego.

Começo por dizer que alguém anda por ali a fazer levantamentos em terrenos das outras pessoas, sem falar com ninguém. Não procuraram a Junta de Freguesia, não procuraram os donos dos terrenos para esse efeito e a Presidente da Junta vê-se confrontada com tudo isto.

Procurei obter os devidos esclarecimentos e foi-me dito que ninguém sabia de nada. Passados dois dias, há uma senhora engenheira das Águas do Mondego, que vai a casa dos proprietários dos terrenos, onde fizeram levantamento para prospecção de quatro furos de água, entregar um papelinho destes, para os proprietários dos terrenos preencherem e assinarem no prazo de dois dias e q compreendemos, a população anda desinquieta, mais, diria até que o espírito é agressivo, e a Presidente de Junta já não consegue controlar os ânimos das pessoas. E não consegue porquê? Porque em menos de um ano, vai fazer em Agosto um ano, surgiu o primeiro tormento, já que numa escola tínhamos dezasseis alunos e de repente a escola foi encerrada, cujo terreno foi dado pela população que também ajudou a construir a escola, e a seguir não bastando isso, aparecem as explorações de areia. Isto foi outro caso, em que se pensa instalar mais uma empresa do ramo, junto a uma estrada muito próxima de uma zona de habitação, e como não respeitam as proximidades dos terrenos, e se for necessário posso até sugerir que se crie aqui uma Comissão para lá ir verificar esta situação, ou seja, os proprietários dos terrenos das zonas envolventes ao areeiro já nem sequer têm a devida protecção para poderem aceder aos respectivos terrenos. Ainda ontem uma senhora me colocava

08-06-27 AM



precisamente essa a questão do acesso ao terreno de que era proprietária, porque tinha que levar os filhos à escola e corriam o risco de no regresso sofrerem algum acidente grave por não haver condições de acesso em segurança. Os areeiros são licenciados para uma distância de 10 metros de profundidade, mas neste momento estão apenas a poucos metros de profundidade, não conseguimos saber ao certo quantos, vão escavando nas barreiras dos terrenos confinantes e há diversas árvores desses mesmos terrenos que se encontram a cair.

Portanto tudo isto tem sido um desassossego e como se não bastasse, aparece a prospecção de furos de água. Eu não consegui que concretamente alguém me dissesse quem era ou não era, liguei para diversas entidades e ninguém sabe de nada. O certo é que eu tive uma Assembleia de Freguesia e as pessoas manifestaram também a sua revolta nessa assembleia.

Se mais uma vez tinha que ser naquele lugar e na nossa Freguesia senhora Presidente da Câmara, admito que nalgumas coisas não tenha chegado a informação, mas se queremos bem àquele povo também temos o dever de o proteger. As pessoas já disseram que dali não vai mais petróleo branco, porque nós na Freguesia, nomeadamente no lugar de Paul, temos a prospecção num furo de água que já abastece não só a nossa Freguesia como diversas Freguesias sem qualquer benefício. Se queremos a água para o cemitério, se queremos a água para a Junta, se queremos a água para o polidesportivo temos que pagar aos SMAS. Não temos qualquer benefício!

Agora, todos nós nos lembramos que na nossa Assembleia Municipal, votámos conscientes disso, porque todos sabemos que a água é um bem precioso para todos, e foi-nos dito que o melhor para o nosso Concelho, para não voltarmos a ter problemas como os que já tivemos era fazermos o consórcio com as Águas do Mondego e ir comprar a água ao rio Mondego. Mas há outros senhores do levantamento que andam também no terreno e que dizem que é para levar a água. As pessoas dizem e é também essa a minha dedução, ou seja, se nós vamos comprar a água às Águas do Mondego, esta água só poderá ser para ser vendida em Coimbra, uma vez que nós temos firmado por esta Assembleia aonde vamos buscar a água. Eu gostava que fossem tomadas as devidas precauções, porque ainda não passou um ano e já todos estes casos se estão a passar, bem como deverão ser tomadas providências em relação à questão dos levantamentos que se estão a efectuar em terrenos particulares sem prévia autorização dos respectivos



proprietários, a Presidente de Junta já não consegue segurar mais a revolta das pessoas e em qualquer momento pode vir a acontecer uma qualquer desgraça e por isso as responsabilidades deixo-as a quem de direito. Deixo na Mesa e à senhora Presidente da Câmara um exemplar do documento que foi entregue aos proprietários dos terrenos. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente da Junta.

Tem a palavra o senhor deputado José Manuel Silva e eu relembro que temos um tempo limitado. Já esgotámos três quartos desse tempo e ainda temos vários oradores.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)

Senhor Presidente, Senhora Presidente, senhores membros da Assembleia, senhores vereadores, minhas senhoras e meus senhores;

Eu subscrevo senhor Presidente, desculpe que lhe diga mas tem sido pouco activo a conduzir a reunião, porque devia ter sido mais disciplinador em relação aos oradores antecedentes. Eu vou ser rápido.

Primeiro queria juntar a minha voz ao deputado Cláudio e penso que todos nós estamos de acordo relativamente a isso. Felicitá-lo pela ideia e nós acompanhamos naturalmente a ideia de realizar aqui a Super Taça.

Relativamente à questão que foi aqui posta pelo deputado José Augusto Esteves, eu devo dizer que quando apresentei aqui aquela proposta relativa à Leirisport, a ideia era não voltar a falar mais da Leirisport aqui na Assembleia e esperar que a Comissão formulasse as conclusões. Mas aquilo que eu pensei quando apresentei a proposta foi exactamente aquilo que o deputado José Augusto agora aqui traduziu e não que se constituísse aqui um grupo para fazer o acompanhamento ou a monitorização das actividades da Leirisport.

Aquilo que me motivou na altura, foi tentar de uma vez por todas, acabar com a discussão se a Leirisport foi uma boa opção, se foi uma má opção, se é esbanjadora ou se de outra forma seria melhor, etc.

Portanto quando fiz a proposta, animado das melhores intenções, era para que uma Comissão desta Assembleia, de uma vez por todas, sabendo nós que tudo isto é relativo naturalmente, pudesse fazer-nos aqui um relatório, dizendo que por aquilo que tinham podido testemunhar a Leirisport justifica-se, é uma solução mais

08-06-27 AM



económica à alternativa, que seria a Câmara fazer a gestão também dos parques desportivos, das piscinas e dessas coisas todas.

Portanto, a minha ideia era apenas esta, que se clarificasse dentro da medida do possível, a utilidade económica e social da Leirisport relativamente a uma outra alternativa, porque uma outra questão que se coloca em matéria de empresas municipais e das estatais a mesma coisa, é muitas vezes que está relacionada com a sua viabilidade e com a racionalidade da sua gestão e justificação da sua existência. E portanto, foi esse o sentido da proposta. Evidentemente que eu não sou a Assembleia, limitei-me modestamente a fazer a proposta. Mas se a Assembleia teve um entendimento diferente, está no seu direito. Não foi o meu entendimento.

O meu entendimento foi exactamente aquele que o deputado José Augusto Esteves aqui traduziu e que eu subscrevo, tal como formulei a proposta naquele dia.

Mas relativamente à Leirisport, nós temos uma tomada de posição aqui a fazer e eu começava por uma questão, que por acaso o deputado José Augusto também aqui tocou ao de leve, e que me parece que era importante para nós nos situarmos relativamente à questão da administração da Leirisport.

A Leirisport está obrigada, como aliás a Câmara também, a cumprir princípios de legalidade, de igualdade, de imparcialidade, de transparência e de publicidade. E nós falamos aqui da Leirisport, porque a Leirisport é uma empresa municipal como toda a gente sabe, sujeita a superintendência da Câmara Municipal e que tem uma administração nomeada pela Câmara Municipal. E portanto, como nós somos um órgão de fiscalização da Câmara Municipal, entendo eu e pelos vistos outros deputados municipais que têm passado por aqui têm o mesmo entendimento, que a Assembleia Municipal não deve desobrigar-se de fiscalizar a actividade da Câmara e consequentemente fiscalizar a actividade da Leirisport, como também fiscaliza a actividade dos Serviços Municipalizados e eventualmente de outros serviços camarários. Tanto mais que, compete à Câmara, emitir directivas, aprovar os instrumentos de gestão previsionais, determinar a realização de auditorias e pronunciar-se sobre assuntos de interesse para a empresa.

Quando aqui estalou aquela polémica sobre a adjudicação dos bares e dos serviços de informática, numa Assembleia em que eu não pude estar presente, o Presidente do Conselho de Administração da Leirisport, que é meu colega de profissão e meu amigo pessoal há muitos anos, mandou-me e certamente mandou a todos os deputados municipais um documento, dando conta de um conjunto de explicações,

08-06-27 AM



sobre a forma como tinham sido adjudicados os serviços. E eu, devo dizer-lhe que fiquei convencido, que tudo aquilo tinha sido feito da forma mais transparente e correcta possível. Acontece que algum tempo depois, me chegou à mão, naturalmente pelos canais partidários a que eu pertenço (eu não disse que do PS mas julgo que as pessoas sabem), por isso estou aqui a fazer esta intervenção, alguma informação que contrariava não aquilo que me tinha sido dito e escrito e certamente a vossas excelências, mas que tinha sido omitido. E foi isso que nos levou novamente a chamar aqui a atenção para este assunto.

Por me parecer que não se ganha rigorosamente nada em primeiro omitir seja o que for, e segundo, em não tratar com total transparência aquilo que se passa na gestão da Câmara e na gestão da Leirisport.

E concretamente a esta questão das adjudicações, há uma dúvida que naturalmente esperamos que possa ser clarificada, porque nós agimos de boa-fé e estamos certos que as outras pessoas também, e parece não bater certo. Eu digo parece, porque é aquilo que estou autorizado a dizer com os dados que tenho. Evidentemente que não tive acesso a toda a informação e portanto pode ser que ainda haja alguma disponível, relativamente àquilo que tinha sido a informação que nos tinha sido transmitida. Acontece que a adjudicação foi feita do ponto de vista legal, tendo em conta cada ano civil e não pela totalidade do contrato, porque se tivesse isso sido levado em linha de conta, a adjudicação não poderia ter sido feita nos termos em que foi. E portanto o nosso ponto de vista é de que, não se cumpriu a lei nesta matéria, porque o montante da adjudicação justificava outro procedimento.

Relativamente a outra questão, que é a segunda que nos levanta dúvidas, é a cessão da posição contratual que foi feita relativamente a uma pessoa, e depois passou para outras, por isso se fala em cessão da posição contratual. Também do nosso ponto de vista foi inadequada, face aos procedimentos que deveriam ter sido adoptados. Inclusivamente há aqui uma situação, e eu estou propositadamente a omitir o nome das pessoas porque acho que não se ganha nada em estar aqui a falar de pessoas, o que está aqui em causa são situações, o que é verdade é que do ponto de vista dos documentos que nós temos ou do ponto de vista dos factos que chegaram ao nosso conhecimento, o momento da adjudicação ainda correspondia a um momento em que as pessoas funcionalmente dependiam da própria administração da Leirisport. O que também não parece de forma nenhuma correcto.



E eu apelava aqui para a senhora Presidente da Câmara e para a Câmara, e em particular para a administração da Leirisport, no sentido de uma vez por todas estas situações serem clarificadas, porque nós não queremos sobre isto fazer politiquice mas entendemos que se anda a alimentar desnecessariamente uma polémica que podia e devia ser do nosso ponto de vista evitada, se se cumprissem todos aqueles princípios que referi no início da minha intervenção, cumprindo todos os preceitos legais que devem ser tidos em consideração por estas instituições. Nada se ganha e cada vez menos, porque os meios de comunicação também não deixam passar, e a informação circula com muita facilidade.

E para terminar rapidamente, queria sublinhar também o princípio de que nós podemos ser muito formais nesta matéria, isto é, quando nós ou a Comissão que está a fazer o seu trabalho precisa ter acesso a alguma documentação da Leirisport, naturalmente que a pode pedir à administração da Leirisport ou pode pedi-la ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, e o senhor Presidente da Assembleia Municipal pedir à senhora Presidente da Câmara, a senhora Presidente da Câmara pedir à administração da Leirisport, etc.

Pergunto o que é que se ganha com isto? O que me parece é que se ninguém tem nada a temer e se o consenso é aquilo a que estamos obrigados e que a Câmara está obrigada é o princípio do respeito pela transparência, parece que se ganha tudo e nada se perde. Se a Comissão falar franca e frontalmente com a administração da Leirisport, pedir os documentos que tem para pedir, a Leirisport dará os documentos que tem que dar porque nada do que se passa na Leirisport, e eu sublinho nada do que se passa na Leirisport, é do foro privado ou sigiloso. Tudo o que se passa na Leirisport é e deve ser do foro público, isto é, nada pode obstar a que qualquer munícipe esteja informado sobre o que se passa na gestão da Leirisport o mesmo é dizer na Câmara Municipal, porque se saiba não há segredos de Estado e outros que atentem contra a privacidade das pessoas nesta matéria.

Portanto parece-me a mim e sinceramente não vejo, pelo conhecimento que tenho da senhora Presidente de Câmara de quem todos nós somos amigos e da administração da Leirisport, que tenham alguma coisa a querer-nos esconder. Não vejo que se possam aqui levantar quaisquer dúvidas e que se levantem algumas dificuldades ao trabalho da Comissão e que a informação seja disponibilizada a tempo e horas e directamente, sem mais delongas e formalismo.



Queria deixar aqui uma pergunta ao senhor vereador Vítor Lourenço, para ele nos explicar aqui aquela questão que veio a público recentemente, sobre as Actividades de Enriquecimento Curricular, porque em conversa aqui na bancada também não percebemos muito bem até onde é que ia o problema e gostávamos que isto fosse aqui esclarecido. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Entre os avanços técnicos que vamos ter que fazer, um deles é pôr um relógio no pódio para os deputados terem a noção do tempo que demoram. É sempre muito rapidamente mas acaba por não ser.

Tem a palavra o senhor deputado Carlos Poço.

DEPUTADO CARLOS POÇO (PSD)

Carlos Poço, PSD.

Senhor Presidente, excelentíssima Mesa, senhora Presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados, senhoras deputadas, cidadãos, comunicação social. Eu queria começar por dizer que concordo em absoluto com o ponto de vista do deputado José Manuel Silva. Quando diz que ao nomear esta Comissão ou este grupo de trabalho, não sei bem qual é a designação, talvez seja Comissão, que integra um deputado de cada partido e por isso a representatividade até está a beneficiar os menos representados na Assembleia Municipal, que o objectivo era que agora enquanto decorressem esses trabalhos não houvesse necessidade em Assembleia Municipal de tratar de assuntos da Leirisport. Se os partidos têm o seu representante, podem desenvolver os trabalhos, podem requerer os documentos que entenderem e se algo bloquear, se a Comissão não tiver condições de funcionar, aí sim, cá está a Assembleia Municipal para desbloquear o que quer que tenha acontecido.

Gostava também de discordar num outro ponto, mas antes gostaria de deixar bem claro que o PSD não quer esconder seja o que for, porque o PSD não é dono da Leirisport, nem dono da Câmara nem do Município. O PSD é um partido que pretende servir o Concelho, neste caso, da melhor maneira possível, quer servir todos os cidadãos, os seus eleitores e nós só podemos representar pessoas, e portanto queremos tudo completamente transparente. Entendemos portanto, que todos temos

08-06-27 AM



acesso a quase toda a informação e é aí que eu discordo do deputado José Manuel Silva. Não é a toda a informação mas a quase toda a informação. E qual é a diferença entre o quase toda e o toda? É que a Leirisport é uma empresa municipal é certo, mas que está no mercado e tem naturalmente contratos do foro privado com empresas. E esse tipo de informação naturalmente que tem que ser sigiloso, é da gestão, e são só esses os limites que nós entendemos que têm que ser respeitados, no funcionamento de qualquer empresa, tal como uma qualquer empresa pública. Concordamos senhor deputado? Não! Pronto, teremos oportunidade de debater essa questão.

Mas no que respeita à transparência e ao acesso a toda a informação, salvo este detalhe, estamos perfeitamente de acordo, assim como esperamos que a Comissão funcione. Temos pena que o deputado do PSD hoje não esteja presente, o senhor Joaquim Marques, há pouco contactei-o a ver se ele ainda conseguia chegar a tempo, ele teve um imprevisto por razões familiares e teve que se deslocar ao Porto, e não vai conseguir chegar em tempo útil a esta Assembleia e portanto, não vai ser possível esclarecer hoje com ele qualquer questão.

Mas por um relato que ele nos fez muito recentemente, há dois dias atrás, a Comissão reuniu, salvo o erro duas vezes, duas reuniões pelos vistos produtivas, só temos pena que não tenha estado presente o representante do Partido Socialista, naturalmente por razões de força maior que não importa aqui avaliar, mas está disponível a Comissão. A Comissão não tem que funcionar num horário fixo, está disponível para funcionar e desejamos que tenha um trabalho produtivo, e o Partido Socialista tem o seu representante nesta Comissão onde deve colocar essas questões.

Portanto, não queremos esconder coisa nenhuma, longe disso, mas se existe uma Comissão, a Comissão deverá funcionar porque é mais ágil. E no dia em que precise de desbloquear algo que bloqueou, cá estamos nós todos para desbloquear.

Passando a outro tema completamente diferente, que não tem nada a ver com a Leirisport e que tem a ver com uma questão que penso que também nos interessará a todos, independentemente do partido a que pertencemos e por isso faria um apelo para que se tentasse chegar a um consenso.

É que a região de Leiria no seu conjunto e o concelho de Leiria em particular, tem tido sempre ao longo dos tempos uma dinâmica económica de realce, muito especialmente por capacidade mérito da iniciativa privada com o apoio do poder local



e raramente com o apoio do poder central. Incluímos naturalmente todos os governos sem excepção, que sempre foram muito parcós nos investimentos na nossa região.

A iniciativa privada tem vencido, crescido e contrariado a conjuntura económica com dificuldades mas com determinação.

A recente decisão de mudança de localização da Ota foi mais uma transferência de investimento da nossa zona de influência para outra.

O dinamismo empresarial e turístico da nossa região necessita que lhe sejam disponibilizados infra-estruturas aeroportuárias para passageiros e mercadorias de modo a poder acompanhar de forma mais competitiva o mercado cada vez mais exigente.

Temos na nossa região uma infra-estrutura com um investimento pensamos nós, comportável, capaz de satisfazer plenamente esta necessidade. Refiro-me naturalmente à Base Aérea de Monte Real.

Proponho que a Assembleia Municipal delibere aprovar uma moção e que deixo desde já algumas linhas gerais, portanto está aberta ao contributo dos outros partidos e que manifestaria junto do Governo, a necessidade urgente de disponibilizar a Base Aérea de Monte Real ao tráfego aéreo comercial.

Solicitar que seja feito um estudo prévio de custos e de mercado que possa sustentar esta intenção e manifestar a disponibilidade de colaborar com todas as entidades interessadas em desenvolver o projecto.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Suponho que isso é uma moção que vai querer apresentar?

DEPUTADO CARLOS POÇO (PSD)

É uma moção que eu estou a apresentar mas está naturalmente aberta aos contributos dos outros partidos, para que saia uma ideia que tente o pleno neste ponto.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Faça favor de a trabalhar senhor deputado!

Tem agora a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra, Lino Pereira.



DEPUTADO LINO PEREIRA (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra)

Boa noite!

Senhor Presidente, Senhora Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores deputados, caros colegas Presidentes de Junta, restante público presente.

É mesmo muito rápido senhor Presidente, quero propor um Voto de Louvor à União Desportiva da Serra e que passarei a ler, tenho que puxar a brasa à minha sardinha como se diz e vou fazê-lo aqui:

Voto de Louvor

A União Desportiva da Serra é uma colectividade desportiva da Freguesia de Santa Catarina da Serra que tem desenvolvido um trabalho meritório com reflexo na promoção, visibilidade e prestígio no Concelho de Leiria, não apenas pelos resultados desportivos alcançados mas principalmente na formação desportiva, pessoal e humana dos jovens desde as escolinhas aos juniores e na construção de infra-estruturas desportivas e de lazer postas ao serviço da população.

Os resultados obtidos são prova do trabalho, dedicação e do esforço de toda a direcção, que ao longo dos anos vem vencendo situações adversas seguindo sempre uma orientação de rigor, sustentada em princípios de futuro e serviço público sendo hoje o único clube a representar o distrito de Leiria no campeonato nacional da 2ª divisão.

Penso ser da mais e elementar justiça o reconhecimento público pelos êxitos alcançados pelo que aproveitando o momento único na história do clube, da Freguesia e do Concelho, proponho um voto de louvor à União Desportiva da Serra, seus dirigentes, técnicos e jogadores pela brilhante temporada realizada que culminou com a conquista do título de campeão distrital de juniores e a subida do clube à 2ª divisão de futebol sénior.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Não é propriamente uma moção é um voto de louvor, acho que podemos votá-lo imediatamente, a não ser que alguém queira discuti-lo? Suponho que não!

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar um Voto de Louvor à União Desportiva da Serra.



Tem agora a palavra o senhor deputado José Cunha, Presidente da Junta de Freguesia da Barreira

DEPUTADO JOSÉ MANUEL CUNHA (Presidente da Junta de Freguesia da Barreira)

Senhor Presidente, senhores Secretários, Senhora Presidente, senhores Vereadores, caros Deputados, Comunicação Social, público presente.

Boa noite!

Cumprimento o senhor Presidente, senhoras secretárias, senhora Presidente, senhoras e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais, comunicação social, público presente.

Trago a esta Assembleia um problema um pouco delicado com que se deparam muitos cidadãos que não possuem licença de utilização da sua habitação, comércio ou indústria. O artigo 1º do Plano Director Municipal, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 84/95, de 28 de Abril, define o seu objecto, âmbito e vigência.

Logo no artigo 1º, nº 1, diz e passo a citar "*o PDM tem como objecto estabelecer os princípios, orientações e regras, a que deverá obedecer a ocupação e uso e transformação do solo na totalidade do território do Município de Leiria.*"

O n.º 2 informa e passo também a citar " que o plano deve ser revisto antes de decorrido o prazo de dez anos, a contar da data da sua entrada em vigor, nos termos da lei vigente."

Dizia-se na altura e ainda hoje se diz, que o PDM foi aprovado à pressa, não tendo como fundamento essencial o ordenamento do território e o objectivo estabelecido no n.º 1, mas que serviria principalmente para não se perderem as verbas comunitárias.

Ora, como o plano não correspondia nem à realidade do Concelho nem ao futuro que se pretendia, o plano entrou desde logo em revisão e pelo qual se espera com angústia há treze anos. As Freguesias rurais viram-se privadas do seu crescimento urbano, pois o PDM promoveu a construção intensiva e nalguns casos excessiva na cidade e no seu perímetro urbano, o que provocou alguma diferenciação económica e até social. Por outro lado, incompreensivelmente, o Concelho tem zonas rurais que estão dotadas de todas as infra-estruturas (electricidade, água, saneamento) e que nem no interior dos pequenos bairros ou aglomerados urbanos, se permite qualquer obra nem tão pouco legalizar aquelas que já existiam. Não sei se foi por falta de

08-06-27 AM



tecnologia ou equipamentos adequados, se por falta do conhecimento *in loco* das situações, ou se foi pela urgência na aprovação, quem elaborou e acompanhou o PDM, cometeu do meu ponto de vista, o erro de não salvaguardar as situações, em que habitações, comércio e indústrias com licença ou autorização de construção, ficaram abrangidas pelas regras da Reserva Ecológica e Reserva Agrícola. Quem acompanhou o processo, não teve em conta o princípio da protecção do existente, e hoje não se respeita o princípio da não aplicação retroactiva das leis.

A maioria destas habitações, comércios ou indústrias, obtiveram licença de construção ou autorização de construção emitida pelo Município. Muitas delas reclamaram a sua situação em período de exposição pública da proposta do PDM, mas daí não resultaram grandes alterações. Às habitações que foram construídas anteriormente a Agosto de 1951, a Câmara emite uma certidão que dispensa a licença de utilização. Depois daquela data, que coincide com a data de entrada em vigor do RGEU, torna-se necessária a licença de utilização para os prédios localizados na zona urbana, para os prédios localizados na zona rural, não urbana, é exigida a licença de utilização a partir de 1971. É depois desta data, que quem construiu a sua habitação por administração directa e que não necessitava de fazer qualquer escritura, e talvez por isso nunca necessitaram da licença de utilização, pelas diversas entidades oficiais uma vez que elas também não a solicitavam.

É nestas situações que o problema se levanta. É na ausência deste documento obrigatório que começa o drama das pessoas que se vêem envolvidas nesta situação. Com os processos entretanto caducados, são exigidos pela Câmara novos projectos e estes são apreciados pelos técnicos do Município como de obra nova se tratasse. Com a aplicação do PDM e agora do decreto-lei n.º 124/2006, a famosa lei dos incêndios, e para um futuro próximo com o cumprimento de legislação sobre certificação energética em qualidade ambiental, estes proprietários por muito que se esforcem, nunca mais vão conseguir legalizar os seus bens. Como não há instrumentos para legalizar, ou há demais, ainda aqui há dias o arquitecto Charters Monteiro dizia que havia mais de seis mil instrumentos que se dedicam a estas questões do urbanismo, restam a estes cidadãos duas saídas: uma que será continuar a ignorar o problema e esperar que ele se resolva no futuro que não se adivinha próximo, e a outra, seguir as referências que são das pelos técnicos do Município e que passa, uma vez que estão ilegais, pela demolição. Estão ilegais porque não têm licença de utilização embora todas elas estejam legalizadas em



Conservatórias, serviço de Finanças, empresas de fornecimento de electricidade, telefones, água e saneamento. Estão ilegais mas o Município arrecada o IMI ano após ano, os comércios e as indústrias ainda pagam eventualmente a Derrama.

Estando a receber estes impostos, ao estará o Município a pactuar com estas ilegalidades? Passaram treze anos desde a aplicabilidade do PDM. Este, que deveria ser o instrumento fundamental para o planeamento e ordenamento do nosso concelho em termos de território, desenvolvimento económico, social e ambiental, trouxe ao invés, treze anos de gastos desnecessários, incerteza, ansiedade e, por vezes, o sentimento de revolta e injustiça.

Sabemos que algumas destas situações poderão ficar ultrapassadas com a aprovação da revisão do PDM, mas para quando?

Quantos mais anos terão que esperar?

Quantos mais obstáculos irão surgir?

Quantas mais pessoas terão que pôr de parte a ideia de viverem na sua aldeia e serem obrigados a viver na cidade?

Quantas mais empresas terão que se deslocar para zonas industriais ou comerciais especulativas ou, pior ainda, para outros concelhos por serem impedidas de se expandirem ou de darem continuidade ao seu negócio?

Depois destes anos o trabalho de base que está a ser feito na revisão corresponde às necessidades do presente?

Antevê os desafios futuros do nosso concelho?

Peço ao município que tome a iniciativa e se empenhe em analisar, caso a caso e com as diversas entidades competentes, formas legais para resolver este problema a quem o solicitar.

Os interessados em resolver os seus problemas deverão manifestar esse desejo e deverão colaborar empenhadamente na participação e comparticipação nos respectivos processos.

Nestes processos deverão aligeirar-se as formalidades burocráticas, estabelecendo parâmetros com alguma permissividade, desde que não viole as Leis do ordenamento do território e as normas de segurança.

Admito que nem todos os processos se possam resolver, mas acredito que nas situações possíveis, para além de potenciar receita considerável para o município, promove o desenvolvimento económico e a estabilidade social.



O município tem responsabilidades perante esta matéria e, por isso, deve assumi-las com interesse, vontade, bom senso e celeridade.

A Junta de Freguesia da Barreira não tem competência nem conhecimentos para ajudar as pessoas nesta matéria, mas estaremos sempre disponíveis para colaborar ou mediar com a população e as diversas entidades.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Tem a palavra o senhor deputado Carlos André.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Carlos André, Partido Socialista.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora Presidente de Câmara e senhores vereadores, senhores deputados membros desta Assembleia, cidadãos e cidadãos presentes.

Vou ser breve garanto que serei, telegráfico até, mas antes de entrar directamente no assunto, três notas prévias se o senhor Presidente me consente.

A primeira, eu gostava de me congratular pelo facto de finalmente os documentos que nós temos que apreciar aqui estarem disponibilizados por meios informáticos e não em suporte de papel. O senhor Presidente abordou o assunto na sua intervenção inicial, mas gostava de me congratular com esse facto. Foi uma ideia que nasceu da bancada a que pertenço, mas é uma concretização que seguramente a todos nós nos agrada e que faz bem ao orçamento, faz bem ao planeta e portanto faz bem a todos nós.

Segunda nota, para esclarecer o senhor deputado Carlos Poço do seguinte:

Não foram três reuniões, foram duas reuniões da Comissão, o que significa que o PS tendo estado numa e tendo faltado a outra, faltou a 50% e esteve presente em 50%. Que não se queira ampliar assim as ausências do PS, porque ausências não foram, é singular, é apenas uma ausência e uma presença, e de facto houve uma ausência mas também houve uma presença.

Segundo, mais importante do que isso, que fique claro que participar na Comissão que visou apurar os problemas que se verificaram no funcionamento da Leirisport, não é impeditivo de abordar o assunto aqui na Assembleia Municipal, como de resto participar em qualquer comissão de inquérito, seja ela qual for, não é impeditivo e



ficou aqui um pouco a ideia de se pretender dizer que era impeditivo. Não é impeditivo!

Participa-se nas comissões mas isso de modo algum nos impede de tomar aqui a palavra. Aqui é o local exacto para dizermos o que pensamos em relação aos assuntos de carácter político, porque este órgão é um órgão de carácter político.

Terceira questão. Não é em humor mas permita-me que lhe diga, no tocante ao aeroporto de Monte Real peço desculpa, não cumprirei aqui hoje a minha função de assalariado de serviço na redacção de votos e moções, porque votarei contra e não estarei sozinho, mas não vou contribuir com mais nenhum capítulo para o folhetim do aeroporto de Monte Real, que já tem capítulos a mais e não levará a lado nenhum, e entendo de resto que o País é pequeno demais para os aeroportos que começa a ter.

E depois, a questão central da minha intervenção.

A questão central da minha intervenção tem a ver com os bares e estabelecimentos de diversão nocturna. Vai para um ano, talvez um pouco menos, talvez um pouco mais, que formalizei aqui uma proposta que foi aprovada, salvo o erro por unanimidade, nesta Assembleia, e que deveria conduzir ao levantamento da situação real do ponto de vista da legalidade, dos bares e estabelecimentos de diversão nocturna no centro histórico e não só.

Apresentei essa proposta, na sequência da intervenção de um munícipe do nosso Concelho, que aqui no período de “antes da ordem do dia” abordou o problema.

Passado um ano, como disse talvez um pouco mais talvez um pouco menos, nada se ouviu a este respeito por banda da Câmara Municipal, a quem foi feita por unanimidade insisto, a recomendação. A única coisa que se ouviu foi uma interessante dissertação sobre os conceitos de irregular e de ilegal, por parte da senhora vereadora, mas que não têm propriamente que ver com a questão em causa.

Porque entendemos que esta situação não pode ficar assim, dado que a Assembleia repito, aprovou, salvo o erro por unanimidade essa proposta, insisto na questão e agora sob forma de perguntas directas.

Quantos e quais os bares e estabelecimentos de diversão nocturna que se encontram em situação irregular por falta de licença de funcionamento?

Quantos e quais os bares e estabelecimentos de diversão nocturna que não respeitam as leis em vigor no que respeita às condições de segurança?

08-06-27 AM



Quantos e quais os bares e estabelecimentos de diversão nocturna que não respeitam as leis em vigor no que respeita aos problemas de carácter ambiental, nomeadamente a chamada lei do ruído?

No caso dos bares que não possuem licença, quais as razões para que a não possuam?

Finalmente:

Quais as acções, se este levantamento já foi feito, que foram já desencadeadas?

Foram levantados autos? Há procedimentos em curso? Há decisões já proferidas? Há consequências dessas decisões?

Que fique claro senhora Presidente da Câmara, senhores vereadores, nada nos move contra os bares e estabelecimentos de diversão nocturna de que todos, provavelmente, somos frequentadores. O que está aqui em causa é um conflito de direitos. Os proprietários desses estabelecimentos têm direito a exercer a sua actividade comercial, os utilizadores desses estabelecimentos têm direito a utilizá-los, os cidadãos que vivem na zona onde se situam esses estabelecimentos têm direito ao repouso e ao descanso que lhes é reconhecido pela lei do ruído, não mais não menos, aquele que a lei do ruído lhes reconhece, e todos nós cidadãos temos direito a que todo e qualquer estabelecimento desempenhe as suas actividades em condições de segurança e em condições de legalidade. E se há um conflito de direitos não compete aos poderes públicos nomeadamente autárquicos, não compete repito, nem apaziguar ânimos nem fazer vista grossa, nem fazer diplomacia para acautelar conflitos de interesses, compete aos poderes públicos cumprir e fazer cumprir a lei.

Foram cinco, as perguntas que deixei. Gostava de, hoje não provavelmente, mas na próxima sessão desta Assembleia, obter para elas a resposta que creio que merecem uma vez que foi a própria Assembleia que por unanimidade aprovou a proposta.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra a senhora Presidente da Câmara para responder às perguntas e pedidos de esclarecimento que foram feitos.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Muito obrigada senhor Presidente!

Cumprimento o senhor Presidente e os membros da Mesa, os senhores deputados, os senhores vereadores.

08-06-27 AM



Vou tentar responder de acordo com a ordem, como é normal, que me foram fazendo as perguntas e, enfim, transmitir desde logo ao senhor deputado Sequeira, relativamente às questões que colocou, o seguinte:

A Igreja da Misericórdia é realmente algo importante no Centro Histórico. É evidente que está degradada, é evidente tal e qual como o senhor disse, que não pertence à Câmara, que pertence à Misericórdia.

Já agora uma nota prévia.

Este assunto tem sido abordado com a Misericórdia, no sentido de haver ali intervenções. Sei que foram feitas já por várias vezes algumas candidaturas para poder vir a ter financiamento de recuperação, o que julgo que até hoje não foi conseguido. Sabemos também que a Misericórdia, nos últimos tempos em Leiria, fez investimentos importantes, nomeadamente a remodelação do hospital e a construção do Lar Residência XXI, julgo eu que é assim que chama. Construiu também uma creche no edifício que tinha ali nas imediações do hospital e portanto não esteve propriamente dito parada, esteve a fazer investimentos. Mas isso é uma questão que terá que ser posta novamente à Misericórdia, no âmbito agora do novo quadro comunitário, voltar a insistir para fazer a recuperação da igreja.

Sei que é um dos objectivos, como digo, várias conversas têm acontecido sobre o assunto, a verdade é que com certeza também dentro da sua estratégia definiram outras prioridades, prioridades que nós também em termos comunitários, julgo eu, foram e são importantes, e portanto agora temos todos que insistir e dar a colaboração possível à Misericórdia, no sentido de arranjar financiamento para poder fazer estas obras no centro histórico e sobretudo numa igreja que tem valor patrimonial importante.

Relativamente à questão dos pombos.

Só para dizer que as metodologias adoptadas noutras autarquias, por outros Municípios, nós cá também estamos a adoptá-la. A única coisa que esperamos é que comece a surtir efeito rapidamente e ao mesmo tempo fazer um apelo à população para que não dêem comer aos pombos, porque há muita gente que vai permanentemente dar comer aos pombos nos vários sítios da cidade e acabam por contribuir também para a sua multiplicação.

Relativamente à questão da garagem Auto Leiria, eu depois deixava a senhora vereadora Isabel Gonçalves dar aqui alguma explicação, porque ela conhece o processo mais directamente, aliás como o senhor também conhece, foi uma pergunta



que fez, penso eu, para que os senhores deputados sejam esclarecidos, mas ela fará naturalmente esse esclarecimento em pormenor.

Relativamente à questão da Taça da Europa de Atletismo, penso que foi um evento que nos orgulha a todos. Correu bem, foram obtidos bons resultados, não houve nenhuns saltos invalidados por questões do vento, o que significa que estava regulamentar, sabemos que os atletas têm ambições e quando não as atingem encontram justificações, naturalmente que se não houvesse vento regulamentar os saltos tinham sido invalidados e nada disso aconteceu.

Será importante que haja uma posição conjunta do Município a falar a uma só voz, no sentido de vir a ter lugar em Leiria a Super Liga de Atletismo. Há todas as condições e a diferença é esta, é que o nosso Estádio tem condições para fazer a Super Liga amanhã se fosse preciso, enquanto que o Estádio do Jamor, que está aqui em competição, precisa de fazer obras muito significativas. Fica aqui a incógnita, isto é, compete ao Governo dar a sua opinião final, que me parece que do ponto de vista de racionalização de meios faz todo o sentido que a Taça tenha lugar num espaço que tem todas as condições, que está preparado, e não num que tem tudo menos condições próprias.

Relativamente à questão que foi colocada pelo senhor deputado José Augusto Esteves sobre a Valorlis. Eu queria fazer aqui um apelo que é um apelo não só para hoje, mas para sempre.

Eu gostaria que o senhor deputado José Augusto Esteves, antes de trazer aqui os problemas, os estudasse como nos habituou a conhecê-lo. Estou-lhe a dizer isto com toda a franqueza. Antigamente, o senhor vinha para as Assembleias Municipais com as questões muito trabalhadas e muito estudadas e devo-lhe confessar que neste momento não noto isso. Se soubesse direitinho e conhecesse o parecer que diz que leu no jornal, com certeza que falaria de outra maneira.

O tal parecer jurídico sobre a Valorlis, porque não é nenhum parecer jurídico encomendado, foi um jurista que foi solicitada a sua intervenção enquanto membro do Tribunal Arbitral, porque o Tribunal Arbitral está previsto exactamente no tal Acordo Parassocial, é a primeira coisa que se vê quando não há acordo de entendimento como foi o caso. Não havendo entendimento, pensou-se constituir o Tribunal Arbitral pediu-se também a um jurista para pertencer a esse Tribunal Arbitral, aliás, fizeram-se vários contactos até que se chegou a um jurista e que se lhe pediu para pertencer, e esse jurista ao responder que não quer pertencer ao



Tribunal Arbitral, é que envia a sua justificação. Não é nenhum parecer! É a justificação no entender dele, que não encontra condições para pertencer ao Tribunal Arbitral, constituído naquelas condições como estavam previstas no Acordo Parassocial.

Eu fazia questão de vos fornecer a todos o parecer e não o não forneci porque não foi pedido por esta Assembleia. Fá-lo-ei com todo o gosto, fornecerei não só o parecer que não é parecer é a resposta do jurista, como faço questão de fornecer uma listagem, como aliás forneci aos elementos da Câmara e até à comunicação social, com um cronograma temporal de todas as actuações que foram tidas relativamente a este processo, para todos os senhores deputados ficarem a conhecê-lo e estarem perfeitamente por dentro da sua condução por parte da Câmara.

Julgo que é fundamental conhecer isto para se falar sobre o assunto e por isso mesmo faço questão de lha fazer chegar, ao senhor e aos outros deputados.

Relativamente à questão colocada pela senhora Presidente da Junta de Monte Redondo, em relação aos levantamentos topográficos, eu confesso-lhe que não sei e naturalmente é nossa obrigação tentar saber. Se me diz que são as Águas do Mondego, provavelmente será no âmbito do projecto das Águas do Mondego, mas iremos saber com pormenor e depois dar-lhe-emos a respectiva informação.

Sobre as AEC's foi pedido pelo senhor deputado José Manuel Silva....eu confesso-vos que é um bocado complicado estar a falar com as pessoas sem atenção. Desculpe senhor Presidente mas é!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Tem toda a razão senhora Presidente. Peço aos senhores deputados que tenham isso em consideração. Faça favor senhora Presidente.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

É que se estão só a fazer perguntas para os senhores jornalistas ouvirem e depois não me querem ouvir responder, então não vale a pena fazerem as perguntas.

Relativamente às questões que foram levantadas pelo senhor Presidente da Junta da Barreira, são questões pertinentes do ponto de vista de quem conta a história como o senhor contou, mas é preciso perceber que as autarquias têm que cumprir lei.

E portanto, aquilo que o senhor diz que seria muito interessante, que essas situações antigas em que as pessoas não têm licença de utilização, porque na altura não as tratavam e não era preciso, por qualquer razão ninguém as pediu e que agora têm



dificuldade em pedi-las, pois naturalmente que a Câmara poderá facilitar o que for absolutamente dentro da lei. Porque nós não podemos permitir que esta Assembleia por um lado seja tão rigorosa a impor à Câmara cumprimentos de leis e por outro lado venha dizer faça-se de qualquer maneira. Não é possível!

Portanto ficaria bem era, para resolver esses problemas que o senhor Presidente aqui trouxe, que isso fosse proposto ao Governo porque são leis do Governo, nós cumprimos exactamente aquilo que está previsto nas leis do Governo. E portanto, quem não tem licença de utilização tem que naturalmente fazer a apresentação do pedido e das duas uma: ou é possível de legalizar ou não é, dependendo naturalmente daquilo que o PDM prevê, porque o PDM saiu pelo meio, foi uma lei obrigatória por imposição governativa e ainda bem que foi.

Agora o que seria pertinente, e o senhor tem razão, é que situações excepcionais tivessem possibilidade de tratamento legal excepcional e não têm. Porque o que o senhor diz e é verdade, haverá meia dúzia de situações que fiquem resolvidas com a revisão do PDM, mas não ficam todas. E portanto, vão continuar a sentir-se injustiçadas. Não tenha dúvida! Devia haver legislação que permitisse tratamento excepcional para situações excepcionais e não há e não pode a Câmara, como não pode a Junta de Freguesia, criar essas condições excepcionais a livre vontade e de acordo com aquilo que nos parece correcto, correcto contando a história da forma como ela foi contada.

Relativamente à questão do senhor deputado Carlos André, só dizer-lhe que o levantamento está feito. A senhora vereadora depois dará também alguns pormenores, pensava ela que teria sido enviado à Assembleia e pelos vistos ainda não foi. E portanto irá naturalmente fazer chegar esse levantamento mas ela na intervenção que vai fazer relativamente à questão que o senhor deputado Sequeira levantou, dará também alguns pormenores sobre isto.

Permitam-me só que termine com questão do funcionamento da Comissão ligada à avaliação da Leirisport ou à monitorização.

Eu acho que é importante em política que se digam as coisas e não que se pressuponham. Ou é ou não é!

E eu fiquei aqui com algumas dúvidas, porque naturalmente não sei, não tenho acompanhado a Comissão porque ela trabalha a nível da Assembleia Municipal, mas houve aqui algumas intervenções que me suscitaram algumas dúvidas, isto é, foram pedidos documentos que não foram fornecidos? É bom que se diga!

08-06-27 AM



Estou a perguntar senhor deputado Luís Pinto. É bom que se diga! Desculpe senhor deputado, mas eu não estou a falar consigo. Estou a falar com todos os senhores deputados e portanto eu preciso de saber o que é que foi pedido e não foi fornecido, o que é que se escondeu, porque ficaram no ar estas insinuações e eu acho que é o pior que há.

Senhor deputado Luís Pinto acalme-se, porque eu não estou a falar directamente consigo, estou a falar com todos os membros da Assembleia...

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor deputado Luís Pinto, peço desculpa mas eu dei a palavra à senhora Presidente, vamos ouvir a senhora Presidente está bem? Faça favor senhora Presidente.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Eu acho que é imprescindível que fique claro para todos exactamente isto. O que é que foi pedido e não foi fornecido, o que é que se escondeu, o que é que evitou ou tem prejudicado o funcionamento da Comissão se é que alguma coisa tem prejudicado.

Eu estou a fazer estas perguntas em primeiro lugar, naturalmente, para esclarecimento de todos, porque acho que é fundamental, mas também para esclarecimento de mim própria, porque eu não tenho conhecimento disto. Para mim a Comissão está a funcionar, com certeza livremente da maneira que entender, com reuniões na Leirisport, reuniões entre eles, não faço ideia nenhuma, agora o que não pode ficar no ar é qualquer dúvida.

Se todos aqui estão com intenções, e eu admito que sim, de acabar uma vez por todas com a exploração do tema Leirisport, penso eu que é o objectivo de todos vós, não acho que esteja a contribuir para isso este lançar de dúvidas, que hoje ouvimos aqui umas atrás das outras. Portanto, com toda a frontalidade eu aqui deixo isto.

Eu entendo que, quer os senhores deputados quer os senhores vereadores são pessoas sérias, são pessoas que têm naturalmente as suas responsabilidades políticas e, portanto, quando analisam documentos, quando fazem análises de dados, devem-lhe dar o tratamento que a sua posição obriga a ter. Agora, fornecer dados para no dia seguintes estarem escarrapachados nos jornais, não me parece que seja uma actuação séria.

E portanto fica aqui senhor Presidente, a minha informação.

08-06-27 AM



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente.

E eu vou tomar uma posição relativamente a esse aspecto.

Há realmente uma Comissão emanada da Assembleia que está a discutir o assunto Leirisport.

Eu peço aos senhores deputados que o não discutam, excepto directamente com os membros da Comissão. Quando a Comissão apresentar o relatório, voltaremos a discuti-lo, se não, passamos todo o tempo a discutir Leirisport.

Eu não estou a dizer que é pouco ou muito importante, mas também temos que disciplinar as nossas Assembleias, de outro modo não é possível. Se algum dos senhores deputados entender dizer também que o Presidente da Mesa não está correcto nesta sua decisão, pode protestar por isso.

Vai ser apresentada uma moção e eu vou pedir ao senhor deputado José Manuel Silva que a leia para este assunto ficar arrumado. Faça favor senhor deputado.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)

Aliás, o deputado Carlos Poço é que me sugeriu que se fizesse isto e eu concordo.

A ideia era então clarificar o texto que eu aqui escrevi e depois o deputado Poço fez aqui uma nota com toda a razoabilidade. É o seguinte:

Mocão

- Considerando que se levantaram dúvidas sobre o mandato da Comissão aprovada pela Assembleia, tendo como mandato a apreciação da actividade da Leirisport, solicita-se que a Assembleia Municipal defina os termos de intervenção da referida Comissão nos seguintes termos:

- A Comissão deverá apreciar a actividade, funcionamento e custos da Leirisport, de forma a habilitar a Assembleia Municipal a ajuizar sobre a vantagem/desvantagem, da manutenção da empresa face à possibilidade de a sua actividade ser exercida directamente pelos serviços camarários.

Portanto, o que está aqui em causa é isto, é apreciar a actividade, o funcionamento e os custos e depois dizer que daquilo que a Comissão conseguiu analisar, justifica-se



a manutenção da empresa ou justifica-se que ela encerre, porque a Câmara pode desempenhar com mais vantagem as actividades que a Leirisport realiza.

Se o senhor Presidente me dá licença, é só mais uma pequena nota. Sem querer digamos hostilizar ou discordar completamente da sua opinião, só deixar a nota que a nossa intervenção aqui não é no sentido de estarmos a substituir-nos à Comissão, mas foi o de fazermos eco de uma questão que evidentemente ganhou expressão na opinião pública e nós não podemos deixar aqui passar.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Eu não estou a pôr intenções em nenhuma bancada. Só estou a dizer que temos que ter aqui alguma disciplina.

Neste momento há uma Comissão, temos uma moção que eu espero que seja aprovada, porque também concordo com ela e a partir deste momento a Comissão deve fazer o seu trabalho. Se entender que não tem condições para o fazer, então volta à Assembleia e nessa altura discutiremos. Se for preciso até fazemos uma Assembleia extraordinária para discutir o assunto Leirisport, agora em todas as Assembleias não podemos estar a discutir permanentemente os mesmos pontos. Aceito que uns tenham queixa e que digam que não ouviram ou que os outros não ouviram, mas compreendam que desta maneira também não chegamos a lado nenhum.

E portanto esta moção vai ser posta à votação mas antes vou dar a palavra ao senhor deputado Domingos Carvalho, que já tinha pedido para intervir. Faça favor.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho CDS/Partido Popular.

De forma rápida, eu introduzi esta questão aqui à discussão porque me parece, muito honestamente, que:

1. O modelo empresa municipal já foi deliberado numa determinada Assembleia Municipal não sei há quantos anos;
2. O modelo empresa municipal na área do Desporto foi uma decisão de um executivo municipal que tem sido mantido e continua a estar mantido.

Portanto, eu quando coloquei a questão, não tinha como objectivo voltar a estar aqui a discutir a Leirisport. O meu propósito claro era saber o que é que se pretendia, porque eu tenho dificuldade em fazer qualquer coisa que não saiba exactamente qual é o propósito a que se destina. O que é que se pretende realizar.

08-06-27 AM



E portanto, estando ali a fazer uma avaliação um pouco *sui generis* de qualquer coisa, porque eu tinha uma opinião e o deputado José Augusto tinha outra, o deputado Vitorino tinha outra, etc., cada uma das pessoas tinha uma opinião ou uma prioridade até, tornava-se difícil relativamente a outras comissões que eu já integrei, definir um *modus operandi*, que era isso que me preocupava, saber qual era a forma de actuar. E permitam-me aqui um pequeno inciso na conversa, que é para esclarecer a questão dos documentos.

Foi apenas um pequeno *quid pro quo*, nada mais do que isso! Também não vamos dramatizar a questão porque foi comigo. E já agora permitam-me, dentro deste minuto, um segundo específico.

Garanto-vos e acho que vos mereço confiança pelo comportamento que habitualmente tenho. Eu posso ter todos os defeitos do mundo, mas acho que seriedade política tenho seguramente, e por isso procuro ser uma pessoa íntegra na minha intervenção política.

A minha posição em relação a um conjunto de matérias sobre Estádio, que não Leirisport, é conhecida. Sobre a actuação da Leirisport em determinados momentos no passado, também são conhecidas. Portanto, não vale a pena estarmos aqui a dramatizar mais, aquilo que já tem as complicações que tem.

A questão dos documentos foi um balancete analítico que eu pedi numa reunião, na segunda reunião da Comissão, e um balancete analítico é para avaliar, porque para avaliar a estruturação do funcionamento da empresa é determinante.

Aquilo para estar na bondade de um determinado modelo, sem ter esse tipo de definição, há outras pessoas avalizadas para o verificar. É evidente que aquilo que a senhora Presidente disse é uma condição *sine qua non*. Eu não posso estar aqui na minha condição de deputado municipal e ter acesso a qualquer tipo de informação que possa divulgar onde quer que seja. Não passa pela cabeça de ninguém! Acho eu! É um dado adquirido. Essa é uma incumbência que nós, quando tomamos posse como deputados municipais, vamos cumprir seguramente. Não tem discussão.

Portanto, tudo o que eu possa aqui saber no exercício das minhas funções, não é nem para uso pessoal nem para uso político. É para o trabalho que faço nesta Assembleia. É isso que me preocupa.

A questão dos documentos foi um *quid pro quo* de facto, eventualmente não teria havido também de algum dos interlocutores um entendimento claro, até porque



tinha havido umas questões descritas aí em jornais e haveria se calhar alguma erisipela, daquelas coisas que ficam sempre.

Está ultrapassado. Penso que se a senhora Presidente também der uma palavrinha...

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Eu não sabia!

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Mas também não é relevante. Se fosse relevante, acredite que eu também lho tinha dito, até porque estava a senhora vereadora e portanto a coisa ficou ultrapassada. O final da reunião até foi pacífico e de produtividade e portanto essa questão está resolvida.

Aquilo que eu honestamente pretendia e que fique claro, deputados Carlos Poço, José Manuel Silva, caríssimos colegas, é o seguinte:

Eu acho que sobre a questão da Leirisport, e a proposta que o deputado José Manuel aqui fez foi na sequência de uma votação que houve na Assembleia, teve a ver com aquele último processo de uma aprovação de um empréstimo. Eu não tenho qualquer dúvida que hoje existe a transparência que nós quisermos ver.

Explico o que é que quero dizer com isto:

Se eu não quiser olhar para a questão, não tem transparência nenhuma. Se eu me preocupar em aprofundar a minha inspecção à Leirisport, até porque há uma carrada de documentação publicitada até em termos de Internet, eu consigo ter informação. Portanto, digamos, eu também tenho é que me dar ao trabalho de cumprir a minha função. Isso é importante enquanto deputado municipal.

Eu não estou aqui a falar nisto com o intuito mínimo de estar a criar qualquer fait divers sobre a matéria Leirisport. Isso está ultrapassado. O que eu quero é saber exactamente, mas também não quero estar a varrer para debaixo do tapete. Também não quero que estejamos aqui a fazer uma coisa tipo "olha, faz de conta que não existe", como às vezes nas famílias há aquela pessoa que tem um determinado comportamento estranho e a gente faz de conta que não existe. Não! Nós temos ali uma questão e temos que a verificar. Se o vosso pressuposto e parece-me que o Partido Social Democrata está a corroborar essa tese, de que seja que a Assembleia venha aqui a ter um relatório para aquilatar da bondade de modelo de gestão, empresa municipal versus integração na Câmara Municipal, era bom que isso ficasse claro. Percebem? É tão simplesmente isto que eu quero que ficasse claro.

08-06-27 AM



E portanto, a partir daí, nós temos uma base inequívoca para trabalhar. Agora é bom que saibamos se é isso que se quer. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Alguém mais quer discutir esta moção? Faça favor senhor deputado José Augusto Esteves.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

José Augusto Esteves, PCP.

Também é telegráfico.

A moção não engloba a questão do tal inquérito? Portanto, dá-se como adquirido também que se incorpora nessa decisão?

Eu só quero dizer o seguinte:

Esta Assembleia tem na realidade nos termos da lei, acesso a toda a informação. Apreciação casuística e posterior à respectiva prática, que é aquilo a que nós temos direito a saber. E portanto a gente não pede nunca coisas que estão em negociação seja com quem for, é sobre actos, decisões já tomadas e é em função delas. E mais nada!

Portanto é nesse quadro, que tudo aquilo que pedimos, eu por exemplo posso-lhe dizer senhora Presidente, directamente perguntei quem foi a Comissão de Avaliação dos restaurantes, disseram-me que só me davam por escrito e podiam ter-me dado ali. Quando pus aqui a questão não foi por mal, mas há aqui uma visão restritiva.

Eu fico chocado quando vejo uma empresa municipal falar em áreas de negócio. Causa-se uma certa urticária sabe, porque eu vejo que aquela empresa resulta exactamente de competências municipais, está para servir o desenvolvimento local, está para servir os munícipes. Falam-me em negócios!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhores deputados, parece-me que há um certo consenso à volta desta matéria. Não vamos estragar e vamos votá-la neste momento.

Fui esclarecido que isto não é uma verdadeira moção mas pode funcionar como tal.

Quem vota contra?

Quem se abstém?



A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a moção de esclarecimento e definição do funcionamento e competências da Comissão de Monitorização da Actividade da Leirisport, EM.

A senhora Presidente vai continuar os esclarecimentos que foram interrompidos com a discussão desta matéria.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor Presidente não são bem esclarecimentos. É só uma nota final e depois passava a palavra aos senhores vereadores.

Dizer que eu concordo em absoluto com a interpretação do que é o papel de uma empresa municipal que o senhor deputado José Augusto Esteves acabou de fazer. Prossegue fins municipais, não tenho qualquer dúvida, e por isso mesmo é que eu fiz questão que ficasse aqui dito o que é que não foi dado e devia ter sido dado, para acabar com esta conversa de uma vez por todas. Tudo deve ser dado e portanto o que eu agradeço é que, se alguma vez se passar alguma interpretação diferente disto, que de imediato me seja comunicado para eu aclarar a administração da Leirisport sobre qual é a minha interpretação. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Eu peço alguma contenção aos senhores vereadores.

VÍTOR LOURENÇO (VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA E DA EDUCAÇÃO)

Boa noite senhor Presidente, senhores Deputados!

O senhor deputado José Manuel Silva pôs aqui um problema que eu não sei qual é. Ele não me fez nenhuma pergunta, pediu apenas que eu explicasse a notícia sobre as AEC's, mas eu assim não sei o que é que lhe hei-de responder.

Se é para eu explicar que ainda hoje estive três horas e meia em reunião com os directores dos Agrupamentos de Leiria, todos, para programar as actividades de enriquecimento curricular do próximo ano, essa informação está dada. Se é para lhe dizer que há dois meses, a Câmara Municipal fez uma denúncia do contrato sobre as AEC's com o Ministério da Educação também é verdade. Se é para lhe dizer, que na terça-feira passada tivemos uma reunião com a senhora Presidente, com a Directora-

08-06-27 AM



regional para discutir estas questões também é verdade. Se é para lhe dizer que há dois meses que estamos a trabalhar com a complexidade dos dois agrupamentos mais complexos, mais difíceis e que tornou as AEC's do ano passado piores que o ano anterior, também é verdade. Portanto, há muitas notícias que eu lhe posso dar se me fizer uma pergunta concreta! Na verdade nós temo-nos dedicado a este tema porque a Câmara é mediadora do processo. É um projecto com o qual hoje, e vai aparecer um documento escrito que é uma acta da reunião de hoje, em que as pessoas que são responsáveis pelos agrupamentos dizem todas que isto é a pior coisa que se fez em termos de organização escolar, eles dizem-no nas reuniões comigo, naturalmente não o dirão com outras estruturas, está dito, digo-o aqui publicamente porque é isso que acontece nas nossas conversas. As dificuldades que se puseram este ano à realização e concretização deste programa do qual nós somos mediadores, e entrámos numa parceria positivamente para tentar resolver a situação, damos o esforço todo que é possível dar a um programa desta natureza, eu posso dizer na verdade que as arestas estão um pouco limadas, o contrato que nós estabeleceremos com a Direcção Regional é aquele que permite termos condições para que elas possam funcionar com o mínimo de qualidade e o mínimo de eficácia, o que se diz é que elas não trouxeram nenhuma eficácia ao sistema educativo, do seu próprio funcionamento, é um arrumar de umas actividades que não são carne nem peixe, nem são de âmbito curricular nem são de complemento porque não são obrigatórias, são facultativas, portanto todo este fenómeno das AEC's tem sido discutido coma Câmara, com as equipas dos técnicos de Educação do Município de Leiria, com os Agrupamentos de Escolas, com a Direcção Regional, com as técnicas acompanhantes, com o Director-Nacional destas áreas, temos tido reuniões há dois meses, desde Abril, eu diria que uma grande parte do nosso tempo foi a preparar já o próximo ano lectivo.

Aquilo que eu transmiti na reunião de Câmara de terça-feira passada, e que os jornais fizeram eco, foi transmitir a verdade objectiva do que aconteceu este ano com as AEC's no Concelho de Leiria. Eu disse o ano horribilis em Educação, nas AEC's, no Concelho de Leiria, e essa expressão foi apenas uma figura de estilo que enfatiza na verdade a dificuldade que houve no terreno, sem culpar ninguém, porque o próprio sistema e a metodologia que está a ser utilizada para lançar este programa, tem dado estes resultados imprevisíveis, digamos, em que a eficácia do programa é quase zero.

08-06-27 AM



Dito nas reuniões de avaliação que fazemos com todos os nossos parceiros, fizemos essa reunião de avaliação intermédia no meio do ano, a seguir às férias da Páscoa, e fizemos essa reunião de avaliação no final do ano lectivo com os Agrupamentos de Escolas. No intermédio fizemos com os agrupamentos e com os parceiros que trabalham connosco, quer sejam as associações de carácter desportivo ou artístico, quer seja com as empresas que prestam serviço nas áreas da Educação. E portanto, é só esse balanço que fiz na reunião de Câmara, e dizer que nos próximos quinze dias iremos levar a reunião de Câmara a proposta de realização das AEC's do próximo ano, depois de contratualizado com os agrupamentos, o modelo de protocolo no qual devem ficar expressas as condições que nós achamos necessárias e eles também acham, para termos condições de as realizar com alguma eficácia e que traga algum contributo positivo para a educação das nossas crianças. É isso que eu tenho a dizer. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Tem agora a palavra a senhora vereadora Neusa Magalhães.

NEUSA MAGALHÃES (VEREADORA DO PELOURO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, ESPAÇOS VERDES E AMBIENTE)

Boa noite à Mesa, aos senhores vereadores, senhores deputados, comunicação social.

Vinha aqui só esclarecer uma questão levantada pela senhora Presidente da Junta de Monte Redondo, que julgo que se está a referir sobretudo a duas explorações de inertes que existem em Fonte Cova. O licenciamento dessas duas explorações está neste momento na competência da Direcção Regional de Economia e eu explico porquê, porque são duas explorações que estão licenciadas para uma profundidade superior a dez metros e portanto passam para a Direcção Regional de Economia.

Já passou uma delas por uma licença ambiental, a outra está em curso, a Câmara Municipal de Leiria há cerca de um mês teve conhecimento de que havia ali questões de segurança, sobretudo com os confinantes, que era necessário serem fiscalizadas, fez uma visita ao local, mas a fiscalização da Direcção Regional de Economia só actua com participações escritas. Portanto, eu pedia à senhora Presidente da Junta que junto de quem se sente lesado faça essa participação, ou a própria Junta de Freguesia também o poderá fazer, para que nós possamos chamar a intervenção da



Direcção Regional de Economia, que é quem tem a competência de licenciamento nestes dois casos. Muito obrigado.

FERNANDO CARVALHO (VEREADOR DO PELOURO DO PLANEAMENTO E OBRAS MUNICIPAIS)

Boa noite!

Fernando Carvalho, vereador.

Só em complemento da resposta que foi dada ao senhor Presidente da Junta de Freguesia da Barreira, em relação às questões que aqui foram levantadas, e tinham a ver com a questão da emissão da licença de utilização às edificações que foram construídas há imensos anos, que na altura não chegaram ao fim com os procedimentos administrativos e que hoje se vêem em situação delicada.

Pois de facto e a senhora Presidente já aqui disse, não é possível porque nós temos que cumprir a lei, posso aqui referir que o conjunto de legislação que tem saído nos últimos tempos não tem vindo também a ajudar, porque quando, por exemplo, entra em vigor o decreto-lei n.º 124, que se refere às questões relacionadas com os incêndios, vem ainda criar mais uma barreira a muitas dessas situações. É evidente que irá pôr cobro a algumas destas situações, não as resolverá todas.

Posso-vos dizer que, em sede de revisão do PDM e uma vez que todos os trabalhos da parte do Município estavam concluídos há algum tempo atrás, mas com a nova exigência que foi feita por imposição legislativa no final do ano passado, e que vem criar a obrigatoriedade de executar um relatório de avaliação ambiental, que está agora finalmente contratualizado da parte do Município, mas que ainda vai demorar algum tempo a ser executado pelo Instituto Universitário de Aveiro, que ganhou o concurso. E portanto, tudo isto faz protelar a conclusão da revisão do PDM. Mas na parte escrita do PDM, que é o próximo regulamento do PDM, nós fizemos questão e fazemos questão que fique um ponto que se refere a legalizações, exactamente para poder resolver uma imensidão de situações que estão digamos, na situação que acabou de descrever. E posso-lhe dizer, que logo no primeiro dia em que esse ponto do regulamento foi apresentado à Comissão Técnica de Acompanhamento, as reacções não foram boas, porque do outro lado, isto é, as comissões que no fundo são nomeadas pelo Governo e que fazem a apreciação de todas as propostas que o Município e os técnicos fazem em relação ao PDM, há sempre uma desconfiança enorme daquilo que são as propostas dos Municípios. Porque quando vêm lá um capítulo que diz "Legalizações", cuidado, porque é o Município que quer legalizar todo

08-06-27 AM



o betão armado que está feito por aí à revelia da legislação e portanto agora é para legalizar tudo. Foi essa a primeira reacção que nós tivemos. E portanto, é evidente que esta é uma reacção negativa, nós combatemo-la e vamos continuar a combater, e será no período depois também de discussão pública e nos posteriores desenvolvimentos desta tramitação que conseguiremos com certeza consensualizar um texto que venha a defender as situações que nós queremos legalizar, que são aquelas que digamos dentro do bom senso, devem ser legalizadas. É evidente que há outras construções que foram efectuadas completamente à revelia de tudo o que era regra, e essas provavelmente não terão o mesmo tratamento. Mas é só para dizer que este ponto das legalizações está a ter especial atenção no regulamento do próximo Plano Director Municipal.

ISABEL GONÇALVES (VEREADORA DO PELOURO DO DESPORTO E OPERAÇÕES URBANÍSTICAS)

Boa noite.

Cumprimento a Mesa, senhora Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, comunicação social, todos os presentes. Embora já se tivesse falado de uma maneira geral sobre as questões que foram colocadas e às quais eu deveria responder também, eu vou acrescentar mais alguma coisa.

Em primeiro lugar vou responder ao senhor deputado Sequeira, que questionou sobre a antiga garagem da Auto Leiria na Avenida Combatentes da Grande Guerra.

É um prédio que tem um projecto que já por três vezes foi aprovado na Câmara, porque caduca dado que não levantam a licença para o início das obras, remetem novamente à aprovação, e a situação deplorável daquele prédio tem-se vindo a alongar no tempo. Mais recentemente foi notificado um dos proprietários, o mais conhecido de todos nós com certeza, e foi notificado para proceder à limpeza e para salvaguardar as questões de segurança das pessoas que transitam ali na via pública e que com aquela condição poderá haver problemas de segurança para essas pessoas, nomeadamente com vidros e com aquelas madeiras que estão constantemente a cair e não só.

Portanto a Câmara procedeu à notificação, cumprido o prazo de notificação foi-nos informado que não é o único proprietário, que há mais proprietários e há arrendatários do local, há proprietários cuja notificação é difícil de levar a efeito

08-06-27 AM



porque nem sequer residem no País, e face a estas questões todas, despachei o processo recentemente a determinar que os serviços camarários procedam com urgência à colocação de uma vedação, porque não podemos entrar em propriedade privada, no limite com a via pública, que garanta realmente a segurança de todos os transeuntes ali naquele local. Isto para além claro de tapar também o mau aspecto, apesar de não resolver. Mas como sabem, nós não podemos realmente entrar em propriedade privada.

Em relação às questões das licenças de utilização e o senhor Presidente da Junta da Barreira tem falado isto várias vezes comigo e sabemos que na Barreira como em todas as freguesias, de uma forma geral, há situações bastante complicadas, devidas aos constrangimentos legais de vária ordem, um dos quais realmente são as questões do PDM. Mas subsistem outras.

E o que é facto é que, na verdade em relação à licença de utilização, que era um documento que a lei já obrigava e que na emissão das licenças de construção, ia lá uma bolinha a dizer que deverá requerer a licença de utilização. E o que é certo é que a maior parte dos munícipes não a requeriam, e portanto, os processos de licenciamento na maioria dos casos não chegavam ao fim, uma vez que o documento de licença de utilização termina efectivamente com o processo de licenciamento.

Claro que, a legislação actual obriga a que na maioria dos casos, seja obrigada a apresentação deste documento. E na verdade quando os requerentes vão solicitar à Câmara a emissão desta licença, claro que essa solicitação tem que ser vista à luz da lei actual, porque é neste momento que os requerentes o estão a solicitar. E portanto isto como sabem gera diversas questões, diversos constrangimentos e em muitas situações a nossa mente não consegue realmente entender, porque são situações que deviam ser possível solucionar e não é possível por força da legislação existente. A legislação realmente é cega, não há normas de excepção, deveria haver com certeza alguma norma que possibilitasse a análise de caso a caso, para ver realmente se haveria essa possibilidade de resolver as questões, mas isso não acontece. Enfim, acho que na verdade pudesse haver por parte do Governo uma qualquer legislação que permitisse e que abrangesse normas de excepção para que efectivamente no nosso território pudessem ser regularizadas muitas e muitas situações, e não são só moradias e residências particulares, há muita questão que se prende com o desenvolvimento económico do nosso Concelho, muitos casos de



indústrias, armazéns, actividade económica, que estão em situação irregular e que não se conseguem regularizar por força da legislação existente.

Em relação à questão colocada pelo senhor deputado Carlos André, dos bares e estabelecimentos de diversão nocturna.

Como sabe senhor deputado, a legislação mais recente que foi publicada em relação a estes estabelecimentos, a legislação sobre estabelecimentos de restauração e bebidas, obrigou à adequação praticamente da totalidade destes estabelecimentos às novas regras dessas mesma legislação. Por força disso, e fico satisfeita por ter lido nessa altura, a maior parte dos casos não são ilegalidades mas sim irregularidades que surgem por força da adequação a essa nova legislação. Estão a ser tratados, aliás o levantamento está feito e eu lamento que não tenha sido enviado à Assembleia com certeza por uma questão administrativa, mas eu vou verificar e prontamente enviaremos, há muitos e a maior parte dos casos estão em situação de regularização e também em análise, do projecto de alterações, e portanto dentro do que é possível e dentro dos prazos possíveis vão ser regularizados e estão a obter as suas licenças de utilização. Claro que aqueles casos que são ilegalidades, esses estão para fecho, estão com ordens nalguns casos, de demolição.

Em relação a todos e uma questão que o senhor colocou e que eu posso desde já esclarecer é que todas as situações que estão irregulares todas têm autos levantados, que deram origem a processos de contra-ordenação, e com coimas aplicadas, alguns outros não, mas portanto esses processos de contra-ordenação estão em curso. À Câmara nestes casos compete efectivamente verificar as questões de legalidade urbanística e regras de licenciamento, e há outras entidades que têm sob a sua responsabilidade verificar as questões de ruído e de segurança pública como também sabe.

Finalmente e desculpem-me eu voltar a falar nisto, sendo que se entendeu talvez que já tivesse ficado encerrado o caso Leirisport.

Mas eu como representante da Câmara na empresa Leirisport, permitam-me que ainda aqui deixe um desabafo e outra coisa não poderia fazer.

A Leirisport é uma empresa municipal como sabe. Prossegue fins municipais, tem um Conselho de Administração e uma Assembleia-geral. O Conselho de Administração cumpre efectivamente os objectivos de gestão que lhe são determinados pela Assembleia-geral e as linhas de orientação estratégica, e age cumprindo todos os princípios de legalidade, de igualdade, de imparcialidade (eu tenho pena que não



esteja aqui de momento o deputado José Manuel Silva que pôs em causa estes princípios), de transparência, cumpre todos os preceitos legais e adopta todos os procedimentos que devem ser adoptados. De outra forma eu não estaria lá.

Além de dinheiros públicos que gere, também gere as receitas e negocia e contrata com particulares. Isto também para melhor poder cumprir os objectivos de gestão a que é obrigado e os objectivos de melhor servir os munícipes.

E senhores deputados, eu gostava de deixar aqui bem claro, que não há nada a esconder. E para além do que aqui já foi dito, que os elementos da Leirisport, todos os que são relativos a contas, relatórios e todos os documentos de gestão estão disponíveis na Internet, na página da Leirisport, que é uma página perfeitamente legível, estão disponíveis para todos e acessíveis a todos os cidadãos.

Relativamente à célebre reunião que foi e que foi tida na Leisport, com a Comissão e na presença de todos os membros do Conselho de Administração, os senhores deputados que integram a Comissão sabem-no e não me deixam mentir, a reunião decorreu até à hora que os senhores deputados da Comissão entenderam dever lá estar, foram dados os elementos que foram pedidos, e se alguns não foram dados, efectivamente alguns não foram, foi porque não estavam ali disponibilizados nomeadamente os elementos que compõem a Comissão de Análise das propostas. Em cada concurso há uma Comissão de Análise e essa comissão não é a mesma para todos os concursos. Em cada um dos concursos o Conselho de Administração determina e define quem são os elementos, funcionários da Leirisport, que integram a Comissão de Análise. Esse elemento realmente não foi dado, foi uma das questões que foram colocadas, porque não tínhamos ali disponíveis os elementos. De resto, todos os que estavam disponíveis foram perfeitamente fornecidos e respondidas todas as questões.

Portanto, eu entendi voltar a falar sobre este assunto porque é realmente lamentável que depois de tudo isso ainda se venha pôr em causa aqui a omissão de elementos esclarecedores. Todos os elementos estão disponíveis, todos os elementos poderão estar disponíveis e não há nada a esconder em relação à Leirisport pelo menos enquanto eu estiver no Conselho de Administração daquela empresa.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado senhores vereadores.

08-06-27 AM



Nós temos agora que votar duas moções.

A primeira já tinha sido lida, é um documento de duas páginas, do senhor deputado Cláudio de Jesus, e eu vou ler apenas a parte que corresponde exactamente à moção e que diz respeito ao aproveitamento hidroagrícola do Vale do Lis:

"Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 27 de Junho de 2008, vem solicitar ao Senhor Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, que considere prioritárias as candidaturas dos projectos de reabilitação do Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Lis, e de defesa da Protecção Florestal promovida pela Câmara Municipal de Leiria, dando-lhe o necessário enquadramento nas medidas do novo Quadro Comunitário de Apoio (QREN), com vista à sua execução no mais curto espaço de tempo possível."

Penso que esta moção é bem clara e portanto ou a aprovamos ou não.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a presente moção.

O senhor deputado Cláudio de Jesus mencionou também a indicação de uma outra moção que está manuscrita e por isso eu vou-lhe pedir a ele que a leia sem comentários.

DEPUTADO CLÁUDIO DE JESUS (PSD)

Cláudio de Jesus, PSD.

A moção diz o seguinte:

"A grande dinâmica e capacidade de realização demonstrada pelas entidades promotoras e de suporte na organização da Taça Europeia de Atletismo nos passados dias 21 e 22 de Junho de 2008, em Leiria, foi indutora de um evento de inegável sucesso à semelhança do sucedido com a organização do mesmo evento em 2005.

É do conhecimento público que, a Federação Portuguesa de Atletismo conseguiu para Portugal a organização da prova máxima das Taças da Europa, a Super Liga Europeia em 2009.

O Estádio Dr. Magalhães Pessoa e infra-estruturas adjacentes possuem características ímpares para a prática desta tão nobre modalidade desportiva como é o Atletismo nas suas diversas especialidades.



A Assembleia Municipal de Leiria reunida em 27 de Junho de 2008, vem por este meio manifestar a Vossa Excelência toda a disponibilidade para acolher tão importante evento, que muito honraria Leiria e as suas gentes.”

Esta moção é dirigida ao senhor Secretário de Estado dos Desportos e ao senhor Ministro da Presidência.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado senhor deputado.

Aliás eu aproveito esta ocasião, para pedir a todos os subscritores de moções, que nos indiquem os destinatários das missivas.

Então esta moção está posta à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a presente moção.

Uma terceira moção diz respeito à questão levantada pelo deputado Carlos Poço, sobre a abertura ao tráfego civil e comercial da Base Aérea de Monte Real.

A Assembleia Municipal reunida em 27 de Junho de 2008 deliberou:

- 1. Manifestar junto do Governo a necessidade urgente de disponibilizar a Base Aérea de Monte Real ao tráfego aéreo comercial.*
- 2. Solicitar que seja feito um estudo prévio de custos e de mercado que possa sustentar a decisão.*
- 3. Manifestar a disponibilidade de colaborar com todas as entidades interessadas em desenvolver o projecto.”*

Portanto também esta moção já foi discutida, vou colocá-la à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria aprovar a presente moção, com trinta e dois votos a favor, seis votos contra e onze abstenções.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

José Augusto Esteves, PCP.

Senhor Presidente, senhores deputados.

Disse aqui, que trouxe um assunto que foi mal preparado. Eu gostava de dizer que nós preparamos as matérias com os elementos que temos.

08-06-27 AM



Eu costumo ler a imprensa, e imprensa o jornal, neste caso o Diário de Leiria, dizia que a Câmara desiste de recorrer ao Tribunal Arbitral sobre a infra-estrutura da Valorlis. E dizia mais. Dizia que tinha apresentado na Câmara, a posição e questionava-se no executivo a possibilidade de vir a agir por via judicial para defender digamos, aquilo que nós pensamos que era justo, o acordo parassocial.

Eu tentei, porque apesar de tudo ainda tenho alguma consideração pelas pessoas que fazem o trabalho, tentei ver se em relação à Assembleia Municipal, havia a mesma preocupação que houve em relação à Câmara de levar o assunto e fui ler o relatório da senhora Presidente. E a senhora Presidente, sistematicamente, sobre matéria que é da competência da Assembleia Municipal, diz zero.

A senhora Presidente quando lhe coloco questões do centro histórico são lágrimas de crocodilo depois. Nós fizemos uma proposta para participar na Comissão do Centro Histórico e desenvolver trabalho nessa matéria, até hoje zero. Não há Comissão! Apresentamos uma proposta de uma Comissão, com todos os membros para desenvolver o trabalho e estudar e aprofundar as opções do Plano Director Municipal, até hoje zero. São lágrimas de crocodilo!

Esta coisa de nós não termos condições...

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor deputado, peço desculpa mas tenho que fazer aqui um ponto de ordem. O senhor pediu para apresentar uma moção e voltamos à discussão de outros assuntos...

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Senhor Presidente, tenho que dar uma resposta em defesa da honra! A senhora Presidente...

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Desculpe mas não foi para isso que pediu a palavra!

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Senhor Presidente, sem faltar ao respeito apresento a moção mas tenho que a justificar, e agora vai ver que eu tenho razão para colocar o problema nos termos em que o coloco. É porque a única informação que tenho e estudei-a, foi a informação pública que a Câmara não pôs em causa, porque nos elementos que a Câmara dá é



zero. Como foi zero em relação às Comissões que aqui propusemos relativamente ao PRACE. Vossas excelências o que querem é que nós nem comecemos as questões. E portanto quando se coloca aqui o problema nesta matéria do conhecimento, é o conhecimento que temos, e por isso mesmo entendo, que face ao conhecimento que tenho devo manter a posição da moção e vou ler:

Mocão

A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 27 de Junho de 2008, considerando que se arrasta sem solução à vista a resolução do problema do aterro sanitário do sistema multimunicipal Valorlis, no respeito pelos compromissos assumidos por todas as partes envolvidas e consubstanciado no Acordo Parassocial de 20 de Dezembro de 2004.

Tendo ainda em conta que:

- 1. A Assembleia Municipal de Leiria negociou de “boa-fé” no interesse da região, mas salvaguardando os interesses futuros dos municípios do seu concelho.*
- 2. O Acordo Parassocial é um efectivo compromisso que vincula não só as partes, mas a própria Valorlis.*
- 3. A aceitação da desvalorização jurídica do Acordo Parassocial significa a perda de capacidade negocial futura do Município e a renúncia ao princípio da rotatividade a todo o tempo.*
- 4. É inaceitável ficar dependente de uma decisão arbitrária dos órgãos da Valorlis sobre o desenvolvimento futuro do aterro.*

A Assembleia Municipal decide:

Solicitar à Câmara Municipal que tome a iniciativa de pela via judicial fazer valer os direitos do Município no processo em causa, nomeadamente o princípio da rotatividade do aterro pelos 6 Concelhos que integram o sistema multimunicipal – Valorlis.

E cada um assuma as suas responsabilidades. Mas não se diga que não se trouxe aqui aquilo que era importante estudar.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Esta moção está à votação.

A senhora Presidente deseja falar sobre este assunto?



PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor Presidente quero falar mas não é propriamente sobre a moção.

O que eu quero falar é sobre a intervenção inicial que o senhor deputado José Augusto Esteves fez, porque não foi apenas a leitura da moção.

Senhor deputado, eu não estou a falar sobre isso, estou a falar sobre algumas acusações que o senhor fez e que não são da responsabilidade da Câmara nem da Presidente da Câmara. Se o senhor diz que não existe uma Comissão do Centro Histórico e se a Comissão é no âmbito da Assembleia Municipal, não é uma Comissão da Câmara. E portanto, já foi aqui falado várias vezes nesta Assembleia Municipal que se crie ou que se dê continuidade à Comissão que existia, com certeza que para a Câmara será um gosto participar, como participou várias vezes no passado, aliás como foi aqui proposto por si à Assembleia, que fosse criada quer uma Comissão de Acompanhamento do Centro Histórico quer uma Comissão do PRACE.

Eu acho é que a acusação e a crítica não estão bem dirigidas, é apenas isso.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente.

Então a moção está à votação.

Quem vota a favor da moção?

Quem vota contar?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria rejeitar a presente moção, com trinta e dois votos a contra, cinco votos a favor e treze abstenções.

Chegámos ao fim desta primeira parte da nossa reunião e passaram exactamente cento e trinta e cinco minutos. Eu tinha dito que queria mantê-la nos sessenta minutos, mas obviamente que não sou um bom gestor de tempo da reunião.

Só podemos ir pedindo a compreensão dos senhores deputados para que consigamos melhorar no futuro.

Vamos passar imediatamente ao período da ordem do dia e o primeiro ponto que temos que discutir é o pedido da Câmara, para alteração da ordem de trabalhos, para incluir o documento que está no vosso computador como "fora da ordem de trabalhos" e é um assunto relacionado com a Carta Educativa.



Eu peço à senhora Presidente ou ao senhor vereador Vítor Lourenço que justifiquem à Assembleia Municipal, a inclusão deste ponto.



ORDEM DO DIA

VÍTOR LOURENÇO (VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA E DA EDUCAÇÃO)

Como não tenho aqui o computador e não trouxe documentos, vou tentar rapidamente lembrar-me de tudo.

É apenas a necessidade de adequarmos a realidade actual da Carta Educativa em três situações, que no processo de validação do Ministério da Educação e da Direcção Regional da Educação, da validação das candidaturas ao QREN, é necessário adequarmos o Centro Educativo de Carvide, o Jardim de Infância de Marrazes e a escola EB1 de Arrabal, às alterações que aí estão propostas. Enquanto em Carvide o nosso processo inicial de Carta Educativa definia para Carvide a necessidade de um equipamento do 1º ciclo de oito salas, a realidade é que hoje a rede escolar prevê apenas a necessidade de sete salas para o 1º ciclo e portanto temos que fazer essa adaptação para que a Carta Educativa esteja de acordo com a realidade do momento actual, em que submetemos a apreciação estas candidaturas.

No caso de Marrazes, nós tínhamos por isso na Carta Educativa a construção de seis salas de Jardim-de-infância, mas como temos necessidade naquele território educativo, que vai ficar com seis salas de Jardim-de-infância, toda a EB2/3, mais dezoito salas de 1º ciclo, portanto, vão ser construídas dez salas novas no espaço da escola EB, já estão validadas pelo GEP neste momento, e com as oito existentes, vamos ficar com um território educativo muito grande em dimensão e precisamos de adequar a necessidade de espaços para a Educação Especial, que funcionam ocupando espaços educativos e espaços da Escola EB e da Escola do 1º ciclo actual, o primeiro piso do Jardim-de-infância vai ser para essa função, como está aqui descrito neste quadro. Portanto é um acrescento e como não estava na Carta Educativa esta questão digamos, as estruturas do Ministério pediram-nos para adaptar a Carta Educativa, discutirmos o assunto tecnicamente e está para validação, mas temos que entregar no início de Julho o documento de monitorização da Carta que hoje aqui trazemos. Foi aprovado em Conselho Municipal de Educação na outra semana, foi a reunião extraordinária da Câmara na passada terça-feira, e pedimos a sua inclusão na agenda de trabalhos de hoje.

08-06-27 AM



No caso da EB1 do Arrabal, como estava prevista a construção de mais uma sala e uma sala polivalente, o que se pede na construção do Arrabal é que se continue com a necessidade de quatro salas do 1º ciclo, mas que se preveja a suspensão eventual, como está aí escrito nas observações, numa futura escola do 1º ciclo que neste momento funciona com duas salas mas que a médio ou a longo prazo tem tendência com as turmas de vinte e cinco alunos a não ter viabilidade por ser no futuro eventualmente uma escola de lugar único. Foi-nos pedido exactamente esta solução porque o Arrabal neste momento tem três turmas mas com esta solução do projecto ter quatro salas, só com esta alteração, esta suposição de futuro, é que pode ser aprovada e portanto é isto que aqui submetemos.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Vereador.

Não foi bem isso que lhe pedi, foi apenas uma justificação da inclusão deste ponto na agenda, mas já que o assunto começou a ser discutido vamos terminar a discussão dele.

A primeira coisa é a aprovação da inclusão na ordem de trabalhos.

Alguém vota contra?

Alguém se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aditar à ordem de trabalhos o ponto no. 11 – Monitorização da Carta Educativa, proposta de adequação à realidade.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

12. MONITORIZAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA, PROPOSTA DE ADEQUAÇÃO À REALIDADE – Apreciação, discussão e votação;

Já agora podemos continuar a apreciação e discussão deste ponto e pergunto se alguém pretende discuti-lo?

Se ninguém pretende discutir este ponto vou colocá-lo à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com uma abstenção, aprovar a proposta de adequação à realidade da Carta Educativa.



1. NOVO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Apreciação, discussão e votação;

Em relação a este ponto, eu também penso que nesta fase não vale a pena discuti-lo muito, sendo certo que nós precisamos de tomar duas ou três decisões, que vou enumerar muito rapidamente:

Eu penso que para já, parece-me que há alguma aceitação relativamente generalizada, em relação a dois pontos. O primeiro ponto é a questão da convocatória e do envio dos respectivos documentos respeitantes aos pontos das agendas de trabalho. E o segundo ponto é realmente a utilização do hardware e do software que aqui temos. Se um dia chegarmos à conclusão, que a utilização destes componentes não está a ser rentável como se previa, dispensaremos o equipamento, penso que não haverá muito mais a discutir sobre isto.

Relativamente ao primeiro ponto, traz duas implicações. A primeira é que nós temos que decidir porque o Regimento diz, e passo a ler o artigo 12º *“A Assembleia Municipal tem anualmente cinco sessões ordinárias a realizar nos meses de Fevereiro, Abril, Junho, Setembro e Novembro ou Dezembro, sendo convocadas por edital e por carta com aviso de recepção ou através de protocolo com, pelo menos, oito dias de antecedência”*. Portanto, os senhores deputados são avisados com oito dias de antecedência, de acordo com o Regimento, por aviso de recepção, já que o edital continuará a ser emitido, ou através de protocolo, isto é, com entrega directa dos documentos.

Ora bem, aquilo que se propõe é a alteração deste artigo, no sentido de permitir que os senhores deputados sejam convocados por correio electrónico, com suporte de dados para consulta na página Web do Município. Eu sugiro, para que isso não levante questões, que os membros da Assembleia que entenderem que não têm condições para ser convocados desta maneira, tragam essa informação ou informem os serviços de apoio da Assembleia Municipal, para que lhes possa ser feita a entrega da convocatória e dos documentos respectivos do modo clássico.

Alguém se deseja pronunciar sobre isto?

Deputado João Cunha, faça favor.



DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

A minha posição é muito clara sobre esta matéria e é a seguinte:

Quanto aos documentos que servem de suporte à ordem de trabalhos, é evidente que a utilização de todo o suporte electrónico é não só conveniente como desejável.

Quanto à convocatória, por questões de certeza jurídica e porque estamos a falar de algo que tem que, sob o seu ponto de vista legal, exercer exactamente as funções e as competências que são inerentes a uma convocatória, eu entendo que é mais aconselhável manter a tradicional forma de aviso que está consignada.

Aproveitava também para colocar uma sugestão que é a de analisar-se as vantagens e as contrariedades de, eventualmente, vir a fazer-se a transmissão via Internet, dos trabalhos da Assembleia, para que os cidadãos que estão em casa se quiserem acompanhar, o poderem fazer.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Bem esse é um passo de longo alcance, é do futuro. Vamos ver se nós nos conseguimos concentrar pelo menos nestes e fazê-los funcionar assim. Mas agradeço e fica em acta a sua sugestão.

Eu devo dizer que também tive algumas dúvidas e já questionei esta tarde sobre a base legal dessa convocatória. Mas suponho que se os deputados municipais neste momento aceitarem serem convocados por e-mail, voluntariamente, julgo que não estaremos a cometer nenhuma ilegalidade. Se não aceitarem, também podemos continuar a enviar a convocatória pelo correio.

Tem a palavra o senhor deputado Francisco Francisco.

DEPUTADO FRANCISCO FRANCISCO (CDS/PP)

Boa noite, Francisco Francisco, CDS/PP.

Quero congratular-me com este passo, porque quem aqui esteve há cinco anos, lembra-se de eu ter proposto isto há cinco anos, na altura em cd, porque não havia ainda a página completa.

Agora em relação à página penso que seria útil, não sei se a nível técnico os nomes dos ficheiros podem ficar no suporte e não na página, tecnicamente as pessoas sabem o que é que isso quer dizer. Porquê? Porque quando fazemos "download" do ficheiro, ou à portuguesa cópia para o nosso PC, ficamos com um número e se não temos cuidado não sabemos sequer o que é que é.

08-06-27 AM



Eu não sei se a base de dado é alfa ou se é numérica, mas isso é uma questão técnica. Depois, seria bom que na página existisse um ficheiro comprimido ou "zipado", à inglesa, com todo o conteúdo para fazermos a cópia integral, porque se não temos que andar a copiá-los um a um, o que também não é muito prático.

Em relação ao envio da convocatória seria útil, mas se os que aqui estão tiverem tanto lixo de correio electrónico como o que eu tenho, por vezes passa ao lado, porque o filtro manda a maior parte das coisas para a lixeira. Portanto eu não sei se seria cem por cento útil.

Depois seria bom que na página houvesse a possibilidade de podermos indicar nalgum sítio, se queremos ou não receber para não andarmos todas as vezes a solicitar. A não ser que haja uma solicitação prévia e que se mantenha *in eternum*, não sei.

De qualquer maneira quero também louvar que fez os ficheiros em PDF, porque com indexação, é muito mais fácil procurarmos o tema que queremos e as intervenções. Muito obrigado, e assim poupa-se o ambiente.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Naturalmente tenho a certeza que todos os métodos podem ser melhorados, mas eu chamo a atenção, no que diz respeito aos documentos, que os ficheiros PDF são difíceis de comprimir, mas certamente podem ser englobados numa pasta que possa ser copiada, aliás também já pedi, vão haver mais documentos. Eu sugiro que sejamos um pouco benevolentes. Estamos a iniciar este método, vamos ver se conseguimos durante as duas próximas sessões trabalhar desta maneira e depois vamos prosseguindo. A própria página está em construção.

Já agora dizer o seguinte:

Em relação ao receio de não receberem a convocatória, este problema eu também tenho, é o problema de muitas mensagens recebidas. Eu também quero eliminar o lixo e às vezes escapa-nos isto.

Mas nós sabemos exactamente quando é que são as sessões, são sempre na última semana a que respeitam as mesmas, são sempre em princípio na última sexta-feira, o aviso da convocatória, não necessariamente a ordem de trabalhos, será colocado mais cedo, pelo menos com duas ou três semanas de antecedência, e depois sabendo isso, se entretanto forem lá à página vão tendo os dados completos. Eu penso que isso ajudaria a evitar problemas.



DEPUTADO FRANCISCO FRANCISCO (CDS/PP)

Peço desculpa mas esqueci-me de uma coisa.

Em relação àqueles documentos que existem como projectos e outros que estão lá fotografias, se nós tivéssemos na sala um equipamento daqueles, escusávamos de vir carregados com o nosso PC, porque ninguém consegue apreciar os processos, os que estão mais atrás na sala, a não ser que os tenham em papel, se a projecção fosse feita estávamos a apreciar os documentos, pelo menos aqueles que são de projecção fácil, como alguns que temos hoje por exemplo.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Fica a sugestão feita, vamos trabalhar nesse sentido.

Tem agora a palavra o senhor deputado José Cunha, da Junta de Freguesia da Barreira.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL CUNHA (Presidente da Junta de Freguesia da Barreira)

José Cunha, Freguesia da Barreira.

Congratulo-me com esta alteração, dou os meus parabéns ao senhor Francisco Figueiredo e a toda a equipa que estudou esta possibilidade, confesso que excedeu as minhas expectativas. Não sei se este procedimento é adoptado em mais alguma Assembleia Municipal no nosso País. Mas se se faz, é um motivo também de orgulho, de nós próprios nos congratularmos pela inovação nesta matéria. São também sinais de que estamos preocupados em reduzir a despesa pública e darmos um pequeno passo, como já foi dito aqui, para melhoria do ambiente. Aparentemente esta trouxe outra inovação, que foi conseguir colocar os partidos mais à esquerda mais à direita, e vice-versa. É certo que numa conversa informal hoje mesmo com a senhora Presidente, senti nas palavras dela que havia alguns deputados com alguma dificuldade em se relacionarem com esta problemática. E de facto, são tecnologias novas, são recentes e admito que haja esse problema, mesmo quem está familiarizado com isto, no dia-a-dia sente essas dificuldades. Portanto, talvez isto seja não um constrangimento mas um desafio a que todos nós possamos melhorar o conhecimento e portanto isto numa perspectiva de melhoria contínua, vai-nos enriquecer também. Além disso, a proposta, desde início que previa que os deputados que preferissem “apalpar o papel”, têm sempre essa possibilidade, ou seja, sempre que o queiram podem-no requisitar à Teresa.



Tinha aqui só mais dois apontamentos que vêm um pouco nesse desafio que esta proposta pode lançar.

Nesta matéria, todos nós como eu já disse, temos que aprender e que evoluir. E não temos que ter receio nem medo de não sabermos ou de não conhecermos. Eu sentirei vergonha é no dia em que não quiser aprender mais, Era isto que eu queria dizer.

Senhor Presidente se me permitisse, eu gostava de muito rapidamente agradecer os comentários da senhora vereadora Isabel Gonçalves e do vereador Fernando Carvalho, e também uma palavrinha à senhora Presidente.

Há uma coisa que eu admiro em si, há muito tempo que admiro, além da estima que tenho. E de entre essas coisas que admiro em si uma delas é a inteligência, realmente a senhora é uma mulher inteligentíssima. Eu às vezes até penso que é perigosamente inteligente! No texto que apresentei ou que tentei ler, às vezes tenho essa dificuldade, falei sempre em actuarmos de forma legal. Mas era bom que essa inteligência fosse colocada com essa dinâmica e com esse espírito, ao serviço da população.

Queria só chamar a atenção, e a senhora vereadora Isabel Gonçalves falou nisso, nós não estamos a falar de meia dúzia de casos são centenas senão milhares no Concelho. A própria Câmara, no bairro social que tem na Freguesia da Barreira, tem quatro casas nessas circunstâncias, nem projecto nem licença. Portanto aquilo que eu peço, e este assunto já vem de uma das primeiras reuniões que tive consigo, em que levantei precisamente esta questão, e uma das coisas que tive oportunidade foi de falar sobre isto com o senhor Secretário de Estado, mas agora quem é um Presidente de Junta de uma aldeia que quase ninguém conhece, a tratar destes assuntos com um Secretário de Estado? Ele ficou com o problema entre mãos. Eu até lhe pedi a ele para tirar uma solução da cartola, mas seguramente que ele não a tem. Agora aquilo que peço é realmente essa vontade e esse empenho para que estes assuntos se resolvam, e eu penso que são resolúveis. Tudo dentro da legalidade. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Não há mais inscrições para intervir, vamos então decidir isto da seguinte maneira:

Há duas opções. Uma opção é fazermos como eu disse, há vários mecanismos de segurança, a convocatória estará duas ou três semanas antes da data da reunião.



Uma vez marcada a data, os senhores deputados apenas têm que consultar a agenda quando entenderem, copiarem, consultarem os documentos quando entenderem, sendo que obrigatoriamente os documentos terão que estar colocados no mínimo oito dias antes. Eu penso que não há o risco das pessoas não terem conhecimento da convocatória. Naturalmente que, para as sessões extraordinárias, o procedimento terá que ser diferente.

A outra opção é os documentos serem entregues deste modo, excepto para quem os solicitar de outro modo, de resto a convocatória seguirá nos moldes habituais.

Houve quem sugerisse que independentemente de estar tudo na Net, a convocatória fosse feita para todos os membros da Assembleia Municipal, em carta registada, o que é mais simples, é menos dispendioso, mas apesar de tudo desvirtua um pouco aquilo que se pretende com isto.

Quem é que entende que devíamos enviar uma carta, para todos, apenas com a convocatória?

Vinte e dois deputados querem a convocatória por carta registada.

Quem prefere que seja por e-mail?

Vinte e oito preferem que a convocatória seja enviada por e-mail.

Bem, já que estamos tão repartidos em termos de opiniões, vamos fazer do seguinte modo:

Os documentos serão disponibilizados no site da Câmara Municipal e quem entender que prefere receber os documentos em suporte de papel solicita-os em papel ao gabinete de apoio à Assembleia. Além disso, quem entender que gostaria, numa fase inicial, receber também uma carta para lembrar, também se enviará a carta. Mas só quem pedir. E portanto a partir de amanhã, a Teresa receberá o pedido de quem quiser, por escrito. Nesta fase inicial vamos tactear um pouco e numa ou outra sessão ficaremos a saber com o que é que contamos.

Vamos passar agora para o ponto n.º 2, peço desculpa senhor Eng.º Mário Monteiro, mas é assim.

2. APRESENTAÇÃO DA ACTIVIDADE DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA – Apreciação;

A senhora Presidente vai fazer a introdução deste ponto antes da intervenção do senhor Eng.º Mário Monteiro.

08-06-27 AM



PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor Presidente, eu achei que era importante que da mesma maneira que na anterior Assembleia foi feita uma apresentação da actividade, das contas e dos resultados da Leirisport, também em relação aos Serviços Municipalizados fosse feito isso, porque se trata de uma instituição que apesar de ser do Município tem alguma autonomia. E daí a justificação de eu ter agendado este ponto. Peço imensa desculpa mas isto arrastou-se e pedia-vos alguma atenção para a apresentação que o Eng.º Mário Monteiro irá fazer.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor Eng.º, apelo à sua capacidade de síntese. Faça Favor.

MÁRIO MONTEIRO (DIRECTOR-DELEGADO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO)

Muito boa noite.

Queria começar por cumprimentar a Mesa, na pessoa do senhor Presidente e senhoras secretárias, o executivo na pessoa da senhora Presidente e senhores vereadores, a Assembleia, senhores deputados e demais presentes.

Com esta apresentação que eu trago aqui hoje, a solicitação da senhora Presidente, e que rapidamente acedemos como era nossa obrigação, pretendemos dar a conhecer a actividade dos SMAS em primeiro lugar, dando visibilidade ao trabalho de uma vasta equipa que diariamente trabalha para assegurar um serviço público essencial, que como sabemos, trata-se do abastecimento de água e drenagem de águas residuais.

[Peço desculpa mas vamos ver se esta tecnologia funciona]. Relativamente à minha intervenção, queria dividi-la em três partes mais uma: um primeiro capítulo de carácter geral, em que serão dadas aqui algumas indicações que são do conhecimento desta Assembleia com certeza, mas que nunca será demais relembrar, que será a missão, objectivos estratégicos, perfil da entidade e dos sistemas de distribuição de água e drenagem de águas residuais; um capítulo segundo, mais descritivo, das actividades desenvolvidas pela entidade; o capítulo três, com alguns dados económico-financeiros, alguns números que constam do Relatório de Actividades do ano de 2007, são os dados disponíveis relativos ao ano económico, e por último, não será um quarto capítulo mas será um registo fotográfico de suporte à actividade apresentada.



Portanto como disse, esta primeira parte é de carácter geral obviamente, é por demais conhecida a missão dos SMAS, concepção, construção e exploração dos sistemas públicos de água e redes de drenagem de águas residuais obviamente não concessionados, na área de intervenção do Concelho de Leiria.

[Eu vou aqui tentar ser um pouco mais rápido]. Os objectivos estratégicos que constam do Plano de Actividades e que estão em consonância com as Grandes Opções do Plano do Município, o primeiro será a integração dos sistemas de distribuição de água municipais existentes no sistema regional de abastecimento de água, sistema multimunicipal em alta, como veremos mais à frente, em coordenação com a empresa multimunicipal Águas do Mondego, e obviamente com o objectivo de assegurar que o abastecimento de água se realize em condições de quantidade, qualidade e segurança acrescidas.

Relativamente à alínea b), como grande eixo prioritário teremos a expansão e alargamento das taxas de cobertura das redes de recolha e drenagem de águas residuais, visando a protecção de valores ambientais, e aqui trabalhamos em coordenação estreita com a SIMLIS, como é também do conhecimento geral, e como eixo prioritário c), temos o acréscimo de níveis de qualidade de serviço prestado aos utentes, em que entram uma série de medidas tendentes a gerar maior eficácia e eficiência da actividade prestada aos cidadãos, (daqui eu daria como exemplo o balcão virtual que está neste momento implementado já, qualquer cidadão pode ter acesso às suas contas, à sua facturação de consumo de água e drenagem de águas residuais; tem outras funcionalidades como sejam dar a leitura dos contadores e além do mais está associado ao sistema comercial existente que nós temos em vigor, como prestação de serviço de uma empresa da especialidade, aqui também queria referir a automação e gestão remota essencialmente dos sistemas de abastecimento de água, em que nós já temos um grau de automação e da gestão remota elevado). Eu trago aqui meramente a título ilustrativo o sistema de telegestão que está implementado, tem este aspecto, tem estes quadros sinópticos, no fundo isto aqui representa o sistema de Leiria/Sul, que é o reservatório localizado junto à Prisão-Escola, actualmente tem a designação de Leiria/Sul, por força do plano director de abastecimento de água, em que aqui em termos de gestão remota temos indicação dos níveis dos reservatórios, temos indicação dos caudais de entrada nos reservatórios, neste caso com origem nos furos da Barosa/Parceiros, a elevação da ETA de São Romão também com a entrada respectiva, falta aqui a medição do



caudal de entrada, as distribuições, que estão aqui marcadas como saídas para Parceiros, rede de distribuição da cidade, e temos também daqui origem de uma elevação de água, este símbolo representa as bombas e nós aqui também, remotamente, conseguimos saber se os grupos de elevação estão em funcionamento, se não estão, qual é o caudal que está a ser bombado para, neste caso, o reservatório contíguo ao Quartel, e portanto há aqui uma série de informação que no fundo contribui para que a gestão do sistema seja muito mais expedita e muito mais eficaz.

O perfil da entidade gestora.

Também muito resumidamente, o modelo de gestão como sabem é directo, com a natureza jurídica de Serviços Municipalizados, em termos de Recursos Humanos temos, um total de cento e setenta e dois colaboradores, 38% são da área administrativa e 62% da área técnica, em que 7% têm formação superior.

O perfil do sistema de água.

Temos cento e vinte mil habitantes, em números redondos, clientes registados/água cinquenta e oito mil duzentos e treze, infra-estruturas/capacidade de captação cerca de dez milhões de metros cúbicos por ano, estações de tratamento de água, uma que é sobejamente conhecida, a ETA – Estação de Tratamento de São Romão, e mais dezasseis pequenas ETAS espalhadas pelo Concelho. Número de captações subterrâneas temos trinta e três, o nível de tratamento varia entre tipo A1 até tipo A3, ou seja, isto é o nível de tratamento mais leve ou gradualmente mais pesado, em que no A1 há apenas uma simples desinfecção, e no avançado tem que haver tratamento químico mais complexo.

O perfil do sistema de água, em termos de consumo, temos vinte e cinco mil a vinte e sete mil metros cúbicos por dia de consumos facturados, em que 74% são do tipo doméstico e 16% tipo comércio/indústria/serviços, (com estes volumes), e o tipo público representa cerca de 10%.

Em termos de rede de saneamento, temos dentro de população/percentagem com atendimento, ou seja, com rede de saneamento disponível, cerca de setenta e três mil seiscentos e vinte e quatro habitantes do Concelho, 61%. O número de clientes efectivamente ligados ronda os trinta e um mil oitocentos e três, em que 86% são do tipo doméstico daquele número, 14% daquele número são do tipo restante (comércio, serviços e Estado).



Infra-estruturas, em resumo, com rede de drenagem de águas residuais executada temos os tais 61%, com rede de drenagem em execução temos 11%, em concurso cerca de 5%, abrangendo aproximadamente esta população, no total teremos 77% de atendimento ou seja, rede disponível à porta dos prédios.

Uma palavra para os sistemas multimunicipais em alta. Na vertente água, através deste decreto-lei foi criado o sistema multimunicipal de água do Baixo Mondego/Bairrada, foi criada a sociedade Águas do Mondego, a quem foi concessionada a exploração de água em alta, através de contratos de concessão entre o Estado e a sociedade, e fornecimento entre Municípios e a sociedade. O capital social do Município de Leiria é de cerca de 12% destes dezoito milhões que é o capital social total. Em relação à vertente de saneamento, é anterior, é de 1999, como sabem, e é a mesma coisa, concessão à empresa sociedade SIMLIS, capital social do Município de Leiria 15% deste capital social de cinco milhões de euros.

Passando ao capítulo dois, actividades desenvolvidas, gostaria de fazer uma descrição. As actividades prioritariamente têm incidido, no sector água, em remodelações, ampliações e reforços de redes de distribuição, com um grande objectivo, redução de perdas reais de água do sistema.

Como segundo eixo prioritário, temos a preparação e implementação da integração dos sistemas de distribuição de água, como já foi anteriormente referido, aqui este mapa não estará muito visível, embora aqui o importante será reter as cores, temos aqui o mapa do Concelho, um pouco distorcido, porque ele teve que ser compatibilizado com este tamanho. De qualquer forma, o que nós vemos aqui é o sistema de água, consta do plano director de abastecimento de água ao Concelho de Leiria, compatibilizado com o sistema multimunicipal em alta. Tudo o que está a azul são as condutas adutoras, essencialmente temos condutas adutoras mas as que estão a azul pertencem ao sistema em alta, as que estão a rosa fazem parte das obras de integração do Município.

Como vemos aqui, o eixo Norte/Sul, a zona urbana de Leiria estará aqui, e o que é que está executado? As Águas do Mondego já executou esta conduta adutora desde Amor, os furos de Amor, este troço até à cidade, concretamente Quinta de St^o. António, está executado desde Agosto do ano transacto, neste momento está em estudo pelas Águas do Mondego todo o sistema restante que é a Norte, que vai para fora do Concelho em direcção aos aquíferos subterrâneos da Mata do Urso, como está previsto, depois todas estas obras que aqui estão a rosa, como eu disse



pertencem ao Município, são da responsabilidade do Município, e as amarelo são condutas adutoras existentes, que serão integradas no sistema em alta e que já estão executadas, mas que são aproveitadas para a integração.

Com isto o que é que se pretende? Neste mapa a cores temos aqui esta zona a amarelo, há um verde mais claro, é a zona que está actualmente já em distribuição com água em alta das Águas do Mondego, isto corresponde neste momento com esta área, por percentagem de consumos, a 25% do consumo médio diário. Ou seja, daqueles vinte cinco a vinte e sete metros cúbicos por dia, cerca de seis mil metros cúbicos por dia já são assegurados pelo sistema em alta. Tendencialmente e gradualmente o sistema vai expandir, numa primeira fase, pretende-se expandir a esta área seis, com origem ainda nos furos de Amor, para Norte, numa fase transitória Amor e Carvide, também esta zona aqui que é da Quinta de St.º António a toda a zona do Vale Sepal, com obras que estão em execução neste momento, um reservatório novo nos terrenos junto à ex-Proalimentar, e as condutas elevatórias em direcção ao reservatório de Vale Sepal. Aí poderemos estender a toda esta área a azul, eventualmente também uma parte de Marrazes e Gândara.

Numa terceira fase, então estaremos condicionados aqui às obras implementadas pelas Águas do Mondego, e poderemos avançar para esta área toda, a roxo, que abrange a zona de Parceiros, Maceira, Azóia, Cortes, Arrabal, Caranguejeira e Boa Vista.

É óbvio que isto depende aqui do ritmo de implementação das obras das Águas do Mondego, e nós estamos em crer que eles estão a actuar com a celeridade suficiente, na medida em que têm já os projectos de execução em curso e por isso, senhora Presidente da Junta de Freguesia de Monte Redondo, aquela questão terá a ver com certeza com os projectos de execução do eixo Norte/Sul que as Águas do Mondego está a levar a efeito, quaisquer contactos que estejam a ser feitos com a população na zona de Fonte Cova.

Em relação ao abastecimento de água, em pormenor, temos obras em fase de concurso, temos esta listagem, construção do reservatório Leiria/Norte com valores de adjudicação deste montante, condutas elevatórias para o Vale da Fonte, Vale Sepal, reforço da conduta elevatória à cidade de Leiria, conduta elevatória à Assenha/Casal da Quinta, conduta elevatória Casal da Ladeira/Pico Caldelas e Cruz de Melo/Casal da Ladeira, também brevemente nós teremos estendido a obra de adução concluída, de abastecimento a parte da Freguesia de Caranguejeira, lugar de



Caldelas e zonas limítrofes. O laboratório de controlo de qualidade de água também está aqui em concurso, que neste momento importam neste valor, valor em concurso.

Na drenagem de águas residuais, a acção principal obviamente centra-se na expansão e alargamento da percentagem de cobertura, como eu já disse, em estreita coordenação com a SIMLIS. Obras em execução temos redes de saneamento da Maceira, parte restante um, da terceira, quinta e sexta fases, houve problemas com a execução da obra, ela parou por rescisão de contrato em conjugação com a SIMLIS, houve necessidade de abrir segundo concurso, demos-lhe a designação de parte restante, que está em execução. Depois temos obras de saneamento na Freguesia da Caranguejeira, de Santa Catarina da Serra, está neste momento em conclusão a primeira fase da empreitada, temos em concurso a segunda fase com este montante como preço base. Temos ainda obras no sistema da Carreira, isto é, obra de Amor, Barreiros, Casal Novo, está também em velocidade de cruzeiro esta obra de saneamento, com este montante. Bacia 37, Freguesia de Monte Redondo, esta está aqui como em execução, mas não está em execução por dificuldades que têm surgido, que eu também explicarei um pouco à frente, porque é que ela ainda não arrancou, contrariamente à comunicação que já se fez às Juntas, surgiram problemas que não permitiram ainda o arranque desta obra e desta segunda, que abrange também um pouco da Freguesia de Colmeias, também ainda não foi possível dar início aos trabalhos. No grupo da Freguesia de Milagres, temos uma fase um praticamente na fase final de concurso, uma fase dois em que foi efectuado o lançamento de concurso há pouco tempo, está um pouco mais atrasada, e por último, temos aqui as redes da Bacia 34, que englobam parte de Picoto, Arroiteia, Várzeas e Souto da Carpalhosa, os outros lugares ainda não são abrangidos, isto são as fases um, terão que aguardar as segundas fases que estarão na calha.

Aqui temos um mapa comparativo da cobertura da rede de saneamento do Concelho, em que tudo o que está aqui a verde-escuro é a área com cobertura, com atendimento de saneamento, o que está a verde-claro está com obra em execução e o verde mais claro está em concurso. O restante serão obras que ainda não estão lançadas mas que têm projecto. Esta zona a amarelo mais esbatido são as zonas que não têm projecto e há um protocolo com as entidades em alta que estão a elaborar os projectos de execução. Isto é reportado a Julho de 2002, e daqui comparativamente com este, Janeiro de 2008, temos aqui a evolução que a



cobertura apresenta, ou seja, a zona verde-escura expandiu-se, isto é as redes que entretanto se executaram. Alastraram à Maceira, Santa Catarina, Santa Eufémia; os verdes-claros são obras que neste momento estão em execução, todas as obras de Santa Catarina da Serra, primeira e segunda fases, obras da Caranguejeira, obras da Maceira, obras de Amor/Casal dos Claros, aqui é Milagres que está quase em arranque, as obras de Souto da Carpalhosa, Carreira e Monte Redondo também aparecem ali.

Passando ao controlo de qualidade, é óbvio que para os SMAS de Leiria, sendo a entidade gestora responsável pela distribuição de água para consumo humano, o controlo de qualidade tem que ser rigoroso. Os SMAS possuem um laboratório de controlo de qualidade já com alguns anos, com instalações exíguas. [No fundo aqui é outro mapa, que apresenta zonas de abastecimento que sofrerão alteração agora com a entrada gradual do sistema em alta, na medida em que isto serão zonas com água das mesmas características, ou seja, em que as origens têm a mesma qualidade de água. Por isso é que, actualmente, temos estas nove zonas de distribuição].

O controlo de qualidade é feito com dois grandes eixos, o controlo legal que decorre da legislação da qualidade, e em que se faz o controlo por amostragem em quatrocentos pontos na torneira do consumidor, é este designado Plano de Controle de Qualidade da Água, que é acompanhado por uma entidade reguladora, que é o IRAR – Instituto dos Resíduos de Águas e Resíduos, que nos fiscaliza directamente.

O controle operacional é um controle extensível a toda a rede de distribuição, a todos os órgãos digamos do sistema.

Só para terem uma noção, são recolhidas pelo nosso laboratório duas mil trezentas e sessenta e três amostras, isto dados relativos a 2007, correspondem a vinte e duas mil duzentas e sessenta e seis determinações de parâmetros de qualidade, em cumprimento do decreto-lei; [aqui aparece um outro Decreto-Lei porque entretanto o 306 substituiu este 243 a partir de Janeiro de 2008]; o controle operacional obriga a treze mil duzentas e setenta e duas determinações, clientes diversos incluindo Juntas de Freguesia e outros, aqui não definidos.

Obviamente como eu disse, este parâmetros são todos analisados, são cerca de vinte e oito no total, os restantes têm que ser contratados a laboratório acreditado, e na medida em que a evolução da legislação tornou cada vez mais rigoroso este controle, a partir de 1 de Janeiro de 2010 é obrigatório que os laboratórios sejam acreditados.



Nesse sentido, por decisão do Conselho de Administração dos SMAS, nós demos início ao processo de lançamento de concurso do novo laboratório, porque era imprescindível. Eu tenho aqui, só por curiosidade, um modelo a 3D, feito em computador por um desenhador dos SMAS. O edifício terá este aspecto e será construído nos terrenos do armazém e dos estaleiros dos SMAS em São Romão. Este é o alçado principal, este é um alçado posterior, visto de trás, aqui é um dos laterais e esta é novamente uma panorâmica de frente.

Obviamente que a nossa actividade comporta muitos condicionamentos, um deles tem a ver com o andamento das empreitadas, que nos últimos anos têm estado sujeitas fortemente à conjuntura económica adversa do País e das empresas em particular, o que tem como efeito o abrandamento da execução física e financeira das empreitadas. Naturalmente que, a redução de verbas transferidas dos fundos comunitários com a fase final do III QCA e o atraso no arranque do QREN também têm tido influência, realçando-se aqui a execução do III Quadro Comunitário pelos SMAS no Município de Leiria, que atingiu valores na ordem dos 95%, embora ele não esteja ainda concluído, mas está já com percentagens superiores a 95%. Outro dos condicionamentos tem a ver também com dificuldades e a morosidade dos procedimentos de lançamento de concurso, eu tenho aqui um quadro meramente indicativo, em que coligi aqui um processo de concurso público pela actual legislação. Como sabem, há uma legislação da contratação pública que está iminente, para entrar em vigor no final de Julho. Isto não diz respeito a isso, os prazos parece que vão ser substancialmente encurtados e aqui temos a actual legislação. Desde a autorização/decisão de abertura de concurso público, passando pelo anúncio de publicação em Diário da República, actos públicos de concurso, comunicações da adjudicação ao empreiteiro, prestação da caução, assinatura do contrato, auto de consignação, e aqui seria quando teoricamente a obra poderia arrancar; Em termos de prazos limites da legislação, máximos e mínimos, em dias úteis, cujo total somado dá sete meses no mínimo, dez meses no máximo, excluindo durações/audiência de interessados, duração/atrasos devido a reclamações de concorrentes e recursos hierárquicos dos concorrentes, e ainda a duração do procedimento para obtenção do visto do Tribunal de Contas. É tudo a adicionar a estes prazos. Portanto como vêem, a burocracia é enorme e tudo isto tem a sua contribuição também para os atrasos nos desenvolvimentos das empreitadas.



Ainda como condicionamento, nós temos a sustentabilidade económico-financeira das entidades gestoras, obviamente têm que ser asseguradas, consta da Lei das Finanças Locais e da Lei da Água, que o princípio da recuperação de custos deve ser prosseguido pelas entidades gestoras, ou seja, não deve haver lugar a grandes desvios dos tarifários em relação aos custos da exploração. É evidente que as últimas leis que têm sido implementadas contribuem para agravar esta situação, na medida em que estão criadas taxas novas, uma delas é a taxa da qualidade, que é uma comparticipação das entidades gestoras ao IRAR, à entidade reguladora, outra taxa que já foi também publicada no Diário da República há poucos dias é a taxa de recursos hídricos, em que cada entidade gestora vai ser obrigada a pagar um determinado montante por metro cúbico de água captada, e tudo isto contribui para agravar os custos de exploração. Naturalmente que se houver um desfasamento entre os custos reais e os preços praticados não contribui para a racionalidade de consumos e muito menos para a equidade dos preços, na medida em que, os grandes consumidores, vão usufruir de tarifas artificiais digamos.

Como condicionamento quatro, temos aqui uma grande dificuldade com que todos nós nos debatemos, tem a ver com uma insensibilidade, e eu acrescentaria que a crise também tem a sua influência, é evidente que há também dificuldades económicas das pessoas, dos cidadãos, que é a questão da ligação ao sistema de drenagem de águas residuais, em que há um desfasamento como eu mostrei há pouco, entre a taxa chamada de adesão, ou seja, dos que têm cobertura de rede só cerca de 50% têm efectivamente ligação às redes públicas. E isto, obviamente que é um problema real e que traz custos acrescidos para a exploração dos sistemas.

Por último, sobre este capítulo três queria dar aqui só alguns dados económico-financeiros sobre a execução dos SMAS.

Isto são dados também relativos a 2007, que como eu disse são os dados disponíveis. Aqui temos só um quadro, em termos de orçamento as despesas que estão previstas, consta tudo do relatório e contas dos SMAS de 2007. Apenas uma curiosidade, o peso do pessoal tem este valor, aquisição de bens e serviços tem este valor nas despesas, em despesas de capital obviamente que a aquisição de bens de investimento são a maior parcela, 90%, o que deu uma execução global de 64,65%.

Em termos de receitas, obviamente que o peso maior são as taxas e multas e outras penalidades, sobretudo as taxas, é de 25% das receitas correntes, 72% de vendas de bens e prestação de serviços (é a venda de água), depois em receitas de capital



temos 95% de transferências de capital incluindo fundos comunitários e transferências da Câmara Municipal. Isto dá uma execução global de 57,9%

Em termos de investimento, temos cerca de, conforme consta também no relatório, 40% de execução do plano de investimentos.

Em termos de resultados por funções ou resultados operacionais, queria só mostrar que os resultados, aqui divididos nas actividades/água e actividades/saneamento, mais uma vez friso que é relativo a 2007, temos que os resultados operacionais na água são ligeiramente negativos mas meramente conjunturais; No saneamento há de facto aqui um grande desequilíbrio, o total é este valor.

Em termos de resultados líquidos finais do exercício, temos este valor da água positivo, oitocentos e sessenta e um mil euros, negativo do saneamento, um milhão, setecentos e vinte e oito, negativo por uma série de contingências, e como se vê, o saneamento é de facto a actividade mais desequilibrada em termos de exploração.

Aqui tenho um quadro com a evolução dos proveitos de venda de água, desde 1992, a única curiosidade que ia retirar daqui é que há um ligeiro abrandamento desde o ano 2005, o ano da seca, em que foram feitas campanhas muito fortes no sentido da poupança de água e do seu uso eficiente, e de facto a partir do ano de 2005, notou-se uma contenção, aqui não espelha bem, mas os volumes têm vindo a decrescer ligeiramente.

Aqui tenho um quadro com custos e investimentos, em que aparecem os custos de pessoal a azul, custos de energia eléctrica a azul mais claro, e o azul ainda mais claro representa o nível de investimento. Como vimos, em 2004, 2005 e 2006 decresceu, por força das circunstâncias que eu há pouco apontei, as tais dificuldades das empresas, em que faliram muitas delas, o caso da Maceira houve também uma rescisão de contrato de uma obra significativa, essa tendência este ano foi contrariada, e, em 2007, voltou a crescer o investimento nas infra-estruturas de água e saneamento.

Proveitos e consumos de água, isto é um pouco repetitivo em relação ao anterior, julgo que não terá muito interesse, os números de clientes também aqui, desde 1988 a crescerem continuamente e agora a estabilizarem nos 58.000.

O número de ramais de saneamento executados, nota-se aqui também desde 1990 um crescimento constante, temos aqui as variações anuais, e, o que se verificou de 2005 a 2006 foi um grande acréscimo que resultou também de uma campanha de isenção de tarifas de ligação, que teve um impacto muito grande, a crise na



construção não era ainda muito forte, o que originou uma duplicação, um aumento de 50% do ano anterior em relação ao número de ramais de saneamento executados. Tendência que, no último ano, decresceu novamente, muito embora tenha havido uma nova campanha, no final de 2007.

Para finalizar, em termos de registo fotográfico, só por curiosidade, temos aqui um dos furos de captação de água subterrânea da Barosa, aqui os sistemas de tratamento, de desinfecção de água por cloragem, são os circuitos, é feito com garrafas de cloro gasoso, estes são os doseadores, aqui são correcções de pH com bombas de injeção de leite de cal para correcção do pH das águas, temos aqui obras de remodelação, e isto é precisamente o reservatório da prisão-escola, sofreu uma remodelação geral, já com vista à integração no sistema em alta, aqui trata-se do reservatório de Cruz de Melo e respectiva estação elevatória, aqui idem. Isto é um quadro eléctrico de um destes sistemas, com os autómatos, com toda esta parafernália de equipamento.

Este é um reservatório de distribuição de água de Porto Carro, Freguesia de Maceira, também foi executado em 2005, este é o reservatório em construção de Leiria/Norte, junto aos ex-terrenos da Proalimentar, que neste momento está já com esta fase, é um reservatório pré-fabricado com a capacidade de oito mil metros cúbicos, aqui estão as duas células já visíveis, isto depois vai levar aqui ao centro uma câmara de manobras, um edifício que acondicionam as bombas, para bombagem para o tal sistema de Vale Sepal. Também uma panorâmica da célula.

Esta aqui é uma actividade importantíssima, também está ligado ao controle de qualidade, tem a ver com a desinfecção e higienização dos reservatórios de água, isto é um interior de uma célula de um reservatório de abastecimento de água, em que estão aqui a operar e a fazer a higienização, isto é um pormenor do acesso, aqui é um pormenor interior das saídas, da distribuição, a escada em aço inox, as sondas dos níveis, aqui são os filtros de saída, isto é um armário que agora estamos a implementar, que aloja aqui um órgão dos sistemas de rede, que são as chamadas válvulas reductoras de pressão que quebram a pressão quando ela atinge valores demasiado altos.

Isto é uma obra de saneamento, salvo o erro uma das fases de Santa Catarina da Serra, aqui o empreiteiro está a executar como deve ser os trabalhos com uma camada de solos no envolvimento dos colectores, com compactação correcta, com esta máquina que é um compactador de terras. Esta aqui é uma operação que



fizemos no final do ano transacto, que teve a ver com a limpeza geral do colector geral de saneamento da cidade de Leiria. É um aqueduto que após a sua limpeza ficou com este aspecto. Este é o colector geral da cidade que tem esta secção em abóbada, em que foi necessário efectuar uma limpeza geral, na medida em que ele se encontrava com assoreamentos e obstruções significativas.

E pronto, é tudo o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Eng.º Mário Monteiro, agradeço-lhe a excelente apresentação. Não sei se algum dos senhores deputados tem questões pertinentes, apesar do adiantado da hora.

Se não há questões, passamos então ao ponto n.º 3.

3. RELATÓRIO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO – Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;

Senhora Presidente deseja fazer algum comentário? Não!

Alguém quer fazer algum comentário sobre o relatório? Também não!

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade tomar conhecimento do Relatório sobre a Actividade do Município e Relatório Financeiro.

4. 1ª REVISÃO (VIII MODIFICAÇÃO) AO ORÇAMENTO DE 2008 DO MUNICÍPIO DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação;



Senhora Presidente faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Talvez dar a explicação de que é apenas uma alteração para introduzir o saldo transitado de 2007, que se faz sempre depois das contas consolidadas.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Alguém quer discutir este ponto?

Não havendo, vamos pôr à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a 1ª Revisão (VIII Modificação) ao Orçamento de 2008 do Município de Leiria.

5. PROGRAMA PAGAR A TEMPO E HORAS – EMPRÉSTIMO DE MÉDIO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE €9.536.000,00 (NOVE MILHÕES QUINHENTOS E TRINTA E SEIS MIL EUROS), SENDO €5.721.600,00 (CINCO MILHÕES SETECENTOS E VINTE E UM MIL E SEISCENTOS EUROS), CORRESPONDENTES A 60% DO TOTAL DO FINANCIAMENTO, A CONTRATAR JUNTO DO BANCO DEXIA SABADELL E €3.814.400,00 (TRÊS MILHÕES OITOCENTOS E QUATORZE MIL E QUATROCENTOS EUROS), CORRESPONDENTES A 40% DO TOTAL DO FINANCIAMENTO, A CONTRATAR JUNTO DO ESTADO, ATRAVÉS DA DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 34/2008, DE 22 DE FEVEREIRO. – Apreciação, discussão e aprovação;

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhora Presidente faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Muito rapidamente, julgo que a documentação distribuída foi suficiente, mas só para dar aqui uma explicação.

08-06-27 AM



É um programa especial criado pelo Governo no âmbito do Orçamento do Estado de 2008 e depois complementado por uma resolução do Conselho de Ministros, que estabelece as regras de condições para concurso para este programa.

O Município de Leiria entendeu que deveria concorrer pelas condições especiais que são dadas no respectivo programa, sobretudo as condições especiais nos 40% de financiamento pelo Estado, uma vez que as outras são condições normais da banca comercial. E portanto, entendemos que fazia sentido concorrer ao programa que como digo, é um programa de grande importância e bem pensado no que diz respeito à possibilidade de resolver problemas de atrasos de pagamento e que no caso do Município de Leiria vai dar um contributo muito importante para esse efeito.

Julgo que as explicações estão dadas, o empréstimo que aqui está em causa é sobretudo o que diz respeito à contratação com a banca comercial, que corresponde aos 60%, nas condições que estão expressas e isto tem ainda que ser enviado para o Tribunal de Contas, mas a explicação é genericamente esta. Obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente.

Faça favor senhor deputado António Sequeira.

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

António Sequeira, PS.

Eu não tinha pensado em intervir, porque pensei que não ia dizer nada sobre o assunto, a senhora Presidente disse quase tudo aquilo que eu viria dizer, ou seja, a pertinência digamos e a justificação para uma resolução do Conselho de Ministros como esta, na medida em que o problema que acontece em Leiria acontece ainda pior noutros Municípios, de um dilatadíssimo prazo médio de pagamento. E portanto, isto vem de alguma maneira minimizar esse problema, sabendo-se que conforme o próprio documento diz e bem que, esses atrasos de pagamento repercutem-se ao fim e ao cabo em toda a economia, pelo efeito cascata que tem, no fundo é "eles não me pagam a mim e eu não te pago a ti".

O documento é realmente vantajoso, na medida em que 40% do empréstimo é concedido pelo dobro do prazo dos cinco anos, será por dez anos do que foi pedido à banca, esses 40% têm durante metade do tempo um período de carência total, ou

08-06-27 AM



seja não há amortizações e a taxa de juro é zero nesse primeiro semi-período. No resto a taxa de juro é Euribor, portanto, a Euribor representa como muita gente sabe o preço do custo do dinheiro, vender o dinheiro pela Euribor é vendê-lo a preço do custo sem lucro.

Como qualquer documento deste género logicamente tem uma monitorização, e portanto os beneficiários dos empréstimos têm efectivamente que mostrar os efeitos do recurso a estes empréstimos.

Em relação a esse grau de cumprimento dos objectivos, convém pôr em evidência que aquilo que pelo legislador é considerado como prazo bom digamos assim, são entre trinta a quarenta dias. Considera-se que há superação se fizer menos de trinta dias e que há incumprimento se fizer mais de quarenta dias. Isto para quem tem prazos de cumprimento à volta dos quarenta e cinco dias, que é o prazo padrão.

Para quem tem prazos muitíssimo maiores, como Leiria e repito, há Câmaras que têm ainda muitíssimo maiores, interessa uma comparação digamos assim, em termos de recuperação, ou seja, em percentagem, aquilo que se ganhou com a contracção deste empréstimo. E aí considera-se que se a redução for superior a 25% há superação, se tiver entre 15% e 25% há cumprimento e há incumprimento se a redução for inferior a 15%. Isto para um prazo médio de pagamento que se verificava no dia 31 de Dezembro de 2007 na Câmara de Leiria, que era de duzentos e oitenta dias, digamos que, se reduzirmos para os duzentos e dez estamos a superar, se ficarmos entre os duzentos e dez e os duzentos e trinta e oito estamos a cumprir, e se continuarmos acima dos duzentos e trinta e oito estamos a incumprir. E a minha intervenção vai no sentido precisamente de perguntar à senhora Presidente, que expectativas tem, que expectativas tem para no fim do ano de 2008, com a aplicação deste empréstimo e com provavelmente algumas medidas de boa gestão que tenha introduzido, o que é que pensa que realmente nos espera que este PMP tenha, que valor tenha, no próximo fim do exercício. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra.



DEPUTADO LINO PEREIRA (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra)

Lino Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra.

Eu queria fazer uma pergunta directamente à senhora Presidente da Câmara, no sentido de saber se este programa vai também pagar a tempo e horas os protocolos com as Juntas de Freguesia, e isso precisamente porque ainda temos alguns protocolos do ano passado, nomeadamente a minha Junta e julgo que mais alguns colegas, trabalhos executados, trabalhos que temos que pagar aos empreiteiros e os protocolos ainda não foram recebidos. Gostaria de saber da boca da senhora Presidente se este programa também nos vai permitir pagar a tempo e horas e recebermos a tempo e horas.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Se mais ninguém quer intervir, vou dar a palavra à senhora Presidente.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Muito obrigada senhor Presidente.

Eu explico senhor Presidente.

Em relação à pergunta que foi feita pelo senhor deputado Sequeira, eu antes de responder queria fazer mais um acrescento àquilo que eu disse porque julgo que é importante.

Esta verba destina-se a liquidar todos valores em dívida das contas vinte e dois e vinte e seis, parte da conta vinte e seis, à data de finais de Setembro de 2007. É o que diz o Orçamento do Estado e depois vem complementado pela resolução do Conselho de Ministros.

Relativamente àquilo que o senhor deputado Sequeira perguntou, as expectativas são muito superiores àquelas que se nos obrigam, as expectativas apontam para uma redução de cerca de 40%, relativamente ao prazo médio de pagamentos de final de 2007. É o que nós prevemos, como diz não só pelo recurso a este valor mas também pelas medidas adoptadas e portanto, a perspectiva é realmente cumprirmos e até superarmos.



Relativamente à pergunta do senhor Presidente da Junta de Santa Catarina da Serra, naturalmente como eu disse não se destina a esse efeito. Destina-se a pagar a fornecedores, para isso é que o programa foi criado. E também me esqueci de dizer que isto não é só para os Municípios. Este programa foi criado para várias instituições do Estado e também para os Municípios, regiões autónomas, empresas públicas, etc. Portanto, não é um programa destinado apenas aos Municípios.

O que lhe quero dizer é que efectivamente o dinheiro vai para os fornecedores, e o outro dos impostos, tal e qual como já aconteceu este ano, vai para os protocolos das Juntas de Freguesia e vai para as colectividades e associações. Conforme já aconteceu em muitas Juntas de Freguesia este ano. Se há uma ou outra que não tenha acontecido, não tem sido por, nesta última fase, dificuldades de Tesouraria, poderá ser por problemas administrativos de conferência dos protocolos e portanto, eu pedia que quem tiver nessa situação deve tratá-la no serviço respectivo, porque o que se passa neste momento é que não há nada para pagar na Tesouraria a Juntas de Freguesia.

DEPUTADO LINO PEREIRA (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra)

Peço desculpa senhora Presidente mas em relação à Junta de Santa Catarina da Serra, documentos entregues o ano passado em Outubro, com facturas visadas pela fiscalização da Câmara Municipal de Leiria, designadamente um protocolo que foi executado de betuminosos, até hoje não recebemos nada!

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor Presidente, eu posso ir ver o que é que se passa com a questão concreta de Santa Catarina, mas o que lhe digo é exactamente isso que expliquei antes. Provavelmente há qualquer problema do ponto de vista de informação interna que iremos ver.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Se não há mais questões a colocar, vamos pôr à votação esta questão do empréstimo no valor de cinco milhões, setecentos e vinte e um mil e seiscentos euros, ao Banco Dexia Sabadell.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

08-06-27 AM



A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea d) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deliberou por unanimidade aprovar a proposta e autorizar a contratação do empréstimo junto do Banco DEXIA Sabadell, nos termos constantes da proposta.

6. PROCESSO DE LOTEAMENTO N.º 9/06 – LEIRISLENA, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES SA – AJUSTAMENTO DE PORMENOR, APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ART.º 96º DO REGULAMENTO DO PDM – Apreciação, discussão e votação;

Senhora Presidente quer dar algum esclarecimento?

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor Presidente trata-se daqueles acertos de pormenor que costumam vir aqui à Assembleia. Neste caso, quer este ponto quer o seguinte, são dois loteamentos. Num caso em Santa Eufémia, o Leirisléna, e o outro nos Parceiros. Eu penso que a documentação que foi enviada deu para perceber, trata-se de pequenas áreas que estão incluídas no loteamento fora da zona urbana e que o PDM prevê que sejam intervencionadas no âmbito do loteamento.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Alguém quer algum esclarecimento ou comentar?

Então vamos pôr à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar o ajustamento de pormenor proposto, nos termos da alínea d) do n.º 2 do art.º 96º do Regulamento do PDM.

7. PROCESSO DE LOTEAMENTO N.º 6/02 – MANUEL DA CONCEIÇÃO BAPTISTA – AJUSTAMENTO DE PORMENOR, APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ART.º 96º DO REGULAMENTO DO PDM – Apreciação, discussão e votação;



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Tem a palavra o senhor deputado José Augusto Esteves.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

José Augusto Esteves, PCP.

Era só mais para dizer que, aliás no outro ponto é a mesma coisa, juntamente com a deliberação da Câmara deveria vir o despacho da senhora vereadora, porque nós não compreendemos depois o que é que se passa. Neste caso vamos admitir que se trata na mesma do mesmo problema...

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Está a falar do qual?

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Do ponto n.º 7!

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Os pontos seis e sete são iguais! É o mesmo problema.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Pois, mas não diz! Nós não estávamos em condições de analisar...

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Eu julgo que o que faltava eram as plantas, que foram entregues hoje.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Mais algum esclarecimento?

Então vamos pôr à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com uma abstenção, aprovar o ajustamento de pormenor proposto, nos termos da alínea d) do n.º 2 do art.º 96º do Regulamento do PDM.

08-06-27 AM



Senhora Presidente deseja dar algum esclarecimento sobre o ponto seguinte? Fala favor!

8. ALTERAÇÃO AO TRAÇADO DA VIA PÚBLICA – RUA DAS BARROCAS DO FORNO, CASAL DA QUINTA, FREGUESIA DE MILAGRES – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA B), DO N.º 4 DO ART.º 53º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO – Apreciação, discussão e votação;

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Eu penso que aqui também, pelo desenho distribuído, dá para perceber, ou seja, havia uma serventia que passava no meio do terreno de um particular, naturalmente que depois por acordo com a Junta de Freguesia de Milagres, houve mudança do caminho público de maneira a que o terreno ficasse sem caminho público. Houve acordo da Junta de Freguesia, tanto quanto sei, e acordo dos vizinhos em fazer esta mudança. A intenção é naturalmente o proprietário vir a construir neste terreno, e tanto quanto sei, nem sequer ainda foi licenciada a moradia porque naturalmente tinha que haver primeiro esta alteração do caminho público.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Faça favor senhor deputado.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

José Augusto Esteves, PCP.

Em relação a este ponto é que julgo que não pode ser sem vir aqui o parecer jurídico, e sem vir aqui o conjunto de informação que é necessária para decidirmos.

Porque em boa verdade, a senhora diz “segundo julgo saber” os vizinhos não estão contra, s “segundo julgo saber” há um acordo com a Junta de Freguesia, bem, tem que vir aqui o que falta. Em primeiro lugar falta a informação jurídica desta decisão e a apreciação disto, porque há alguém que constrói num caminho. E agente precisa de saber em concreto do que é que se trata. Não vou decidir sobre esta matéria sem a informação clara sobre isto. E portanto, é para dizer que vamos votar contra se porventura for para a frente a decisão sem vir o respectivo parecer jurídico e sem vir aqui o esclarecimento claro de que não há oposição dos vizinhos.

Eu peço muita desculpa mas eu não sou obrigado a conhecer o processo em pormenor, tem que vir fundamentado.



PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Eu só queria dizer que efectivamente isto foi baseado num parecer jurídico, com base nas concordâncias dos confinantes, e portanto esse processo existe. Senhor deputado, desculpe mas eu acho que quando há dúvidas na documentação, que há sempre a possibilidade dos senhores deputados consultarem o respectivo processo.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Faça favor senhor deputado!

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Eu peço imensa desculpa, mas vamos ter que acertar aqui as formas de tratar esta Assembleia. A senhora nunca mais me mande para os serviços, para eu apurar pessoalmente com alguém uma decisão que tem que caber a esta Assembleia com todos os dados. Aconteceu isso em relação ao centro histórico, mandou-me falar com o departamento do centro histórico, mandou-me falar com os responsáveis do PDM! Desculpe, não me mande mais! As decisões têm que ser fundamentadas, eu estou aqui a representar um partido, que precisa de avaliar as situações de acordo com a informação cabal da situação. E a senhora não pode sistematicamente, fazer aquilo que faz. E depois não venha dizer que nós não temos a informação e que estamos a decidir mal ou estamos a dar opiniões. Também temos direito à asneira, dizemos aqui muita asneira, mas gostava de dizer o seguinte:

Há em relação a esta matéria uma regressão. Acham que nós temos que acompanhar a informação verbal que se dá no momento, e não se dá a informação toda e cabal do processo, porque o que está aqui é uma construção em cima de um caminho. Desculpe, mas pelo menos, a informação jurídica e um conjunto de informação complementar tinha que vir, ou então a Assembleia Municipal está a decidir no escuro. E isso não é justo! Não é justo colocar a Assembleia perante esta situação, e eu não tenho que ir directamente e antecipadamente perguntar a ninguém! O executivo responde perante esta Assembleia e o senhor Presidente também. Acho que temos que acabar com isto, é inadmissível.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor Presidente dá-me licença?

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Faça favor senhora Presidente!



PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor deputado, com certeza que ninguém o manda a lado nenhum. O que eu lhe disse já várias vezes, é que se tem dúvidas sobre as informações que nós lhe damos, que disse isso em relação ao tal processo que o senhor aqui trouxe. E volto a dizer agora, o senhor aqui transmite dúvidas sobre as informações que eu aqui trago, e se o senhor tem dúvidas, tem todo o direito, não é "eu mando", toda a legitimidade, e até fico muito satisfeita que o senhor vá ver os processos. Agora não pode permanentemente, vir para aqui pôr dúvidas constantemente, sobre quem aqui traz as coisas, cheia de boa-fé, e explicando com toda a clareza. Não pode, isto é, poder pode, mas eu também posso ficar incomodada com isso, porque quando eu lhe peço para o senhor ver os processos, é precisamente para ver que tem toda a clareza, toda a legitimidade, toda a possibilidade de ir ver aquilo que entender. Agora o que eu trouxe aqui é efectivamente um processo, e a coisa mais simples do mundo, foi proposto pela Junta de Freguesia, a Junta de Freguesia diz e escreve que há um acordo para mudar o caminho, há uma concordância entre todos, e nós dizemos mude-se o caminho. É isto! Com informação jurídica, com fundamentação jurídica, a Câmara entendeu que tinha todas as condições de aceitar isto.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor Presidente, se me permite, naturalmente também temos que actuar numa base de confiança, e eu suponho que a senhora Presidente se estaria a expor se estivesse a dar uma informação que não era correcta.

Nós temos aqui duas opções. Uma opção é que o assunto não é extremamente urgente e podemos retirá-lo, ou então, depois das reafirmações da senhora Presidente aceitá-las como boas, sabendo bem que o senhor deputado José Augusto Esteves da próxima vez cá estará para contrapor.

Faça favor senhor deputado

DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)

José Manuel Silva, PS.

Sem ofensa para a senhora Presidente, eu acho que o deputado José Augusto Esteves tem razão nesta matéria. Este assunto, é uma questão que não custa nada aos serviços juntarem àquele verbete, que é o que nós temos para decidir, a informação adicional do parecer jurídico e do acordo com a Junta. Não vejo qual é o problema que isto tem, aliás, já uma vez aqui se falou sobre esta questão. Não é



agora os colegas deputados estarem a dizer “vamos à votação, vamos à votação”, isto não é um problema só da Freguesia, é um problema da Assembleia Municipal.

Nós estamos aqui perante uma decisão que pode não ter importância nenhuma, mas aqui as decisões são todas importantes porque estão cá para nós decidirmos. E portanto eu acho que independentemente do vigor particular que o deputado José Augusto Esteves pôs nesta matéria, eu acho e peço desculpa à senhora Presidente por ter que dizer isto, mas acho que ele tem razão. Não custa nada à Câmara juntar ao verbete, a informação jurídica, o acordo da Junta e o dos confinantes. E assim votamos todos e não há aborrecimentos para ninguém.

Eu por mim que não tenho dúvidas que a senhora Presidente está a agir de boa-fé, não tenho problemas em votar isto, mas acho que não devíamos votar nestas condições. O assunto não é urgente, informam o processo convenientemente e nós votamos numa próxima reunião.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Faça favor senhor deputado!

DEPUTADO JOSÉ GUEDES (JUNTA DE FREGUESIA DA BOA VISTA)

José Guedes, Junta de Freguesia da Boa Vista.

Eu fiquei com uma série de dúvidas, se aquilo é um caminho público se é uma serventia pública. Se for uma serventia pública tem um tratamento, se for um caminho público tem outro. Eu gostava que me esclarecesse porque ambos têm tratamentos diferentes e têm soluções diferentes como é óbvio, e poderíamos estar aqui a votar uma coisa que não tem cabimento legal.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Faça favor senhor deputado e é a última intervenção porque a Mesa tomou uma decisão.

DEPUTADO FERNANDO SOUSA (presidente da Junta de Freguesia de Milagres)

Boa noite a todos!

Fernando Sousa, Presidente da Junta de Freguesia dos Milagres.

Eu venho só aqui esclarecer esta questão, porque realmente o topónimo já tem onze anos. E quando o proprietário soube que o caminho atravessa o terreno, ele pediu



para o retirar porque queria construir a casa, mas o caminho ainda lá existe, não era público e passou a ser público e já há uns dois anos.

Agora dizerem que este assunto não é urgente não é bem assim, o homem tem necessidade de licenciar a construção porque não tem onde viver, está a viver em casa dos pais, por isso não podem dizer que não é urgente porque ninguém conhece as verdadeiras necessidades da pessoa. Era apenas isto!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Bem, nós achamos que daqui a três meses estamos em condições de o aprovar e achamos que é uma questão de princípio.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor Presidente, peço desculpa mas o senhor vereador Fernando Carvalho está-me a dizer que tem ali uma cópia da informação jurídica.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Bem então assim é outra coisa. Se nós temos a informação jurídica aqui e se o senhor deputado José Augusto Esteves a ler e a considerar aceitável, podemos votar este ponto.

Senhor deputado quer ler a informação? Passamos ao ponto seguinte e depois voltamos a este. Mas de qualquer maneira recomendamos que em situações futuras este tipo de assuntos venha com mais informação complementar.

FERNANDO CARVALHO (VEREADOR DO PELOURO DO PLANEAMENTO E OBRAS MUNICIPAIS)

Fernando Carvalho, vereador.

Então se me é permitido, só para dizer que trouxe uma fotocópia do parecer apenas por acaso. Para não ser fastidioso posso ler apenas as conclusões.

No fundo o que o senhor Presidente quis dizer aqui é que foi um facto consumado, fizeram lá a alteração, muitas vezes isto se faz nas freguesias, são pequenas alterações de caminhos, com a concordância de todos. No entanto, eu leio aqui as conclusões da informação jurídica:

“ 1. As Juntas de Freguesia não dispõem nem de atribuições nem de competências em matéria de rede viária municipal, que por força da Lei n.º 159/99 quer por outra lei.



2. *Apenas às Câmaras Municipais estão acometidas atribuições e competências no domínio dos transportes e comunicações.*

3. *Qualquer acto administrativo praticado pelas Juntas de Freguesia, relativamente à criação ou alteração de traçados de vias de circulação públicas, enferma de um vício de incompetência absoluta, sendo por isso nulo e de nenhum efeito.*

4. *Não basta à Câmara Municipal confirmar o topónimo de um traçado caminho para que este possa ser considerado como fazendo parte da rede viária municipal.*

5. *Para que tal aconteça, torna-se necessário que este órgão municipal, ao abrigo do disposto na Lei n.º 169/99, delibere no sentido de o reconhecer expressamente como uma via de circulação viária municipal e em consequência proponha à Assembleia Municipal que delibere no sentido de o afectar ao domínio público municipal.*

Só após a conclusão deste procedimento é que o pedido do requerente estará em condições de voltar a ser apreciado à luz das normas legais e regulamentares.”

Portanto este é, digamos, o último passo, que é a Assembleia Municipal deliberar nesse sentido, para que o acto praticado no local seja válido.

Está aqui o parecer jurídico, se o senhor deputado quiser até pode ficar com ele.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Se os senhores deputados se consideram esclarecidos votaremos, se não se considerarem esclarecidos, retiramos o ponto da ordem de trabalhos.

Bem vamos então colocar o ponto à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com uma abstenção, sancionar a alteração ao traçado da via pública com o topónimo Rua das Barrocas do Forno, Casal da Quinta, Freguesia de Milagres, sem que haja lugar a pagamento ou recebimento de quaisquer contrapartidas, por as áreas substituídas serem equivalentes.

Passamos então ao ponto seguinte.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

<p>9. ACTUALIZAÇÃO DA TAXA DE UTILIZAÇÃO DOS SISTEMAS PÚBLICOS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS (TUSPAR) PARA O ANO DE 2008 – Apreciação, discussão e votação;</p>



Senhora Presidente deseja prestar algum esclarecimento? Faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Foi apresentado aqui, penso eu, a documentação completa, o estudo que foi feito o ano passado e que serviu de base à fixação desta taxa de utilização dos sistemas públicos de drenagem de águas residuais, serviu de base à fixação da taxa para o ano de 2007. Nesse estudo era feita uma perspectiva daquilo que se previa que ia acontecer nos próximos anos, e com base nisso é proposto para o ano de 2008. Não vale a pena estar a explicar com mais pormenor, esta taxa tem uma componente fixa e uma componente variável, a proposta é que a componente fixa tenha um crescimento de 3% e a variável de 25%, exactamente dentro do seguimento do estudo e que foi anexo à documentação enviada com a deliberação.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor deputado Luís Pinto faça favor!

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Cumprimento toda a Assembleia.

Antes da minha curta intervenção, uma observação saudando esta novidade da primeira fila e fazendo votos para que consigamos mais seis filas de mesas que muito úteis serão ao funcionamento e à melhoria das condições de todos os deputados municipais. São só mais seis filas para que possamos ficar com toda a dignidade.

Em relação a esta matéria, sem me alongar muito, sobretudo chamar a atenção que nós temos de facto a todos os níveis um aumento muito significativo das diferentes taxas, os contribuintes do nosso Concelho em relação às taxas municipais, estão quase todas no máximo, estão muito sobrecarregados, o Partido Socialista votará favoravelmente esta taxa na sequência daquilo que iniciámos de facto no ano passado. Convém aqui chamar a atenção para a grande importância que se reveste a melhoria dos serviços, no sentido de que havendo ainda alguns problemas, nomeadamente de plataformas, de algumas condições a nível de tratamento de lixo, alguma desigualdade também, entre as parte mais urbanas e em relação a alguns sectores de que algumas freguesias se têm queixado, porque depois há aqui toda uma inerência em relação ao custo final a cada contribuinte, era importante de facto



haver aqui uma atenção redobrada para que a qualidade do serviço fosse cada vez maior, para que também o cidadão, que tem sido tão castigado, possa notar uma melhoria progressiva e cada vez mais significativa, dos serviços. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado senhor deputado.

Faça favor senhora Presidente.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Penso que era importante esclarecer o senhor deputado Luís Pinto, que isto não tem nada a ver com lixo, é saneamento.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Tem a palavra o senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Eu venho, na sequência deste ponto, permitam-me que me faça aqui um pouco porta-voz das pessoas que não são servidas por rede de esgotos. E eu penso senhora Presidente, é uma nota que lhe queria deixar, porque embora tenha conhecimento particular de que já só foram tomadas medidas que vão ter efeito prático já durante a próxima semana, pelo que consegui perceber, em relação ao despejo de fossas, eu tenho que conseguir sensibilizar, porque eu juro-vos porque é que estou a falar assim, eu não sabia quanto é que custavam os esgotos, qual era a taxa, aprovei mas não tinha noção. E portanto, as contas que eu faço são para consumidores mais cinco metros cúbicos, o custo de utilização de cada metro cúbico em termos de resíduo urbano, acho que é assim que se chama, aquilo que a gente manda para os esgotos, custa 0,7 euros por metro cúbico, ou seja, dividindo por exemplo para catorze metros cúbicos, o valor fixo mais a parte variável. Ou seja, o custo de cada metro cúbico é inferior a 1 euro, é 70 centimos de euro.

Devo dizer aos meus amigos, que neste momento o custo do despejo de fossas, que é variável em função da distância ao local de despejo, para quem não tem saneamento, está nos sete euros por metro cúbico. É portanto uma questão que eu não posso deixar de trazer aqui, é um abismo de diferença aquilo que paga quem tem algo que os nossos impostos todos também ajudam a pagar e aquilo que os cidadãos não têm essa benesse têm que pagar, porque a saturação das fossas é uma



coisa que ocorre com frequência e é uma coisa que é gritante, acho que é, na minha opinião e desculpem que vos diga, choca-me. Nunca tinha feito as contas, fi-las e fiquei chocado. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Tem agora a palavra o senhor deputado José Augusto Esteves.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

É para dizer que estou em desacordo com a proposta da Câmara e que considero, já na altura quando em 14 de Dezembro de 2006, tínhamos apreciado a actualização das taxas em relação aos dois anos futuros, tínhamos reparado que na decisão se dizia que entre 2003 e 2007 se iria adoptar em relação a esta taxa um crescimento de 25%, e a partir de 2007 passaria a crescer à taxa de inflação.

Eu não sei se se recordam digamos da decisão que se tomou na altura.

Bem neste momento, o que se aqui apresenta, para além daquela questão que continuo aqui a colocar, que eu acho que é socialmente injusta e inadequada, de que o proprietário do prédio não paga nada de conservação, isso endossa toda a responsabilidade quer da taxa de conservação que agora representa os 3%, quer da taxa de utilização, que aí sim senhor é o inquilino, é ele que a tem que pagar, mas que se sobrecarrega o inquilino com as duas componentes, a fixa e a variável, e não compreendo como é que vamos continuar num quadro em que a gente vê, por exemplo, há três anos que os salários em geral não acompanham a inflação, estamos sistematicamente a onerar as pessoas. Nós não podemos aceitar isto. Acho que, ou tem que ir de forma mais equilibrada ou o que está a acontecer é assim: 2003 25%, 2004 25%, 2006 25%, 2007 25%, e pelo que vejo aqui até 2010 25%;

Ainda por cima, daquilo que eu reparei há bocado, e já tinha visto embora haja esse défice em relação ao saneamento, as receitas cresceram em 2007, espero que tenha lido bem porque eu de facto ando a ler mal, 85%, a taxa de conservação, os resultados cresceram 85%.

O senhor Eng.º Mário Monteiro pode-nos dizer qual é o crescimento entre 2007 e 2008? Era importante saber porque em relação a esta proposta que aqui vem e a aceitar a perspectiva que todos os anos, e quando chegarmos a 2010 dirão daí para a frente 25%, nós não podemos aceitar que esta solução seja uma solução justa, no quadro em que as pessoas estão confrontadas com rendimentos mínimos e particularmente as pessoas que têm rendimentos fixos. Estão sistematicamente a ser



oneradas com impostos e ainda por cima neste caso com taxas a níveis que são incomportáveis. Daí que, vou fazer uma proposta.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor deputado não quer ler já a proposta?

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

É a seguinte:

PROPOSTA:

A Assembleia Municipal reunida em 27 de Junho de 2008, para discutir e votar a actualização da taxa de utilização dos sistemas públicos de drenagem de águas residuais para o ano de 2008 decide:

Aprovar a actualização da referida taxa no valor correspondente à taxa de inflação, quer para a correspondente fixa quer para a correspondente variável.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

São duas propostas alternativas e portanto temos que as votar.

Pomos à votação a proposta da Câmara constante do ponto n.º 9.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com três votos contra e quatro abstenções.

Isto significa que a proposta apresentada pelo senhor deputado José Augusto Esteves não foi aprovada.

10. CRIAÇÃO DE TAXAS EM CONFORMIDADE COM A ÚLTIMA ALTERAÇÃO AO REGIME JURÍDICO DA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO – Apreciação, discussão e votação;

Senhora Presidente tem esclarecimentos a prestar?

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor Presidente julgo que o que está escrito na deliberação é perfeitamente esclarecedor, e que isto tem a ver com a alteração do regime jurídico de urbanização e edificação, em que a designação de determinados actos administrativos passaram a ser diferentes no novo regime. E portanto é apenas uma transposição dos actos anteriores para a nova designação, mantendo-se exactamente a mesma taxa.

08-06-27 AM



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Está à discussão!

Faça favor senhor deputado.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Não me sinto inibido nunca de intervir. Pode tecer os comentários que quiser e que entender senhor Presidente. Não há problema nenhum, já sabe que não fico incomodado.

O senhor deputado Carlos Poço quando achar que não estou a cumprir o Regimento apele à Mesa e eu respeitarei a Mesa.

É só para dizer o seguinte:

Eu francamente não percebo como é que tira daqui a conclusão de que a gente percebe que está completamente claro. Criam-se ou não se criam duas taxas?

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Substituem-se duas taxas!

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Não, não é isso! Criação das taxas que se seguem. Criar taxas significa colocar-lhe aqui também o valor respectivo e significa fundamentar esse valor de acordo com a lei. E portanto, se criam taxas têm que dizer aqui com fundamentação o valor, e daquilo que aqui percebi, é que é mesmo criação, não estou a ver outra coisa.

E já agora, se é substituir ainda vá lá que não vá, agora se é criar em cima do que há, ainda por cima com esta ideia: a gente apresenta um projecto de apreciação de uma obra, paga taxa, vem a deliberação com o pedido de parecer pagar taxa. Eu julgo que há aqui qualquer coisa que é excessivo e portanto senhora Presidente e senhor Presidente da Assembleia Municipal, também nesta matéria a Câmara ultimamente não faz o que devia fazer, que era propor com os elementos todos para a decisão ser tomada. Eu não percebi francamente, daquilo que aqui está. Não percebo!

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor Presidente, eu ia pedir à senhora vereadora Isabel Gonçalves para ir explicar porque acho que hoje falo chinês e o senhor deputado José Augusto Esteves provavelmente fala russo, e portanto não nos entendemos.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Faça favor senhora vereadora.

ISABEL GONÇALVES (VEREADORA DO PELOURO DO DESPORTO E OPERAÇÕES URBANÍSTICAS)

Obriga senhor Presidente.

Eu julgo também que está explícito, mas por força da nova legislação que vem alterar o regime jurídico de urbanização e edificação, que é a Lei n.º 60/2007, houve alteração de designação basicamente, porque os procedimentos são iguais, onde o procedimento de autorização, era assim que era designado, pela realização de operações urbanísticas, passa a designar-se na nova lei apreciação da comunicação prévia. É um nome diferente.

Portanto o que aqui se propõe, é no fundo a criação porque esta designação não existia mas deixam de existir as outras, em bom rigor e na prática é uma substituição. Portanto, a apreciação da comunicação prévia, é o que agora se chama, anteriormente era designado por pedido de autorização pela realização das operações urbanísticas, a admissão da comunicação prévia anteriormente era designado emissão do alvará de autorização de obras de edificação. Os valores são exactamente os mesmos e estão no regulamento municipal de operações urbanísticas que está em anexo nos documentos que vos foram facultados para vossa consulta. Eu pelo menos tinha-o nos meus documentos e julgo que os senhores deputados também o têm.

Só mais um pequeno esclarecimento, porque o senhor deputado José Augusto Esteves há pouco falou na questão do meu despacho, porque vem aí referido. O meu despacho é tão simples e tenho aqui os processos para o caso de haver alguma dúvida, mas o meu despacho é meramente o despacho à reunião de Câmara a fim de ser deliberado sobre esta matéria e depois ser submetido à Assembleia Municipal. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora vereadora.

Se não há mais esclarecimentos a solicitar, vou colocar este ponto à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?



A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a criação de taxas em conformidade com a última alteração ao regime jurídico da urbanização e edificação.

11. COMISSÃO MUNICIPAL DE LEIRIA PARA APRECIÇÃO DE DIVERSOS PEDIDOS DE AUTORIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO/MODIFICAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS – RECONFIRMAÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação;

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

A senhora vereador vai dar uma explicação senhor Presidente

NEUSA MAGALHÃES (VEREADORA DO PELOURO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, ESPAÇOS VERDES E AMBIENTE)

O que se traz aqui é a solicitação da designação de um representante para fazer parte da Comissão Municipal de Leiria para apreciação de pedidos de instalação e modificação de estabelecimentos comerciais, e estamos a falar de estabelecimentos comerciais de dimensão relevante.

Esta Comissão é constituída por várias entidades, já foi constituída aqui na Assembleia, o membro designado foi o senhor deputado do PSD, Joaquim Marques, e o que se pretende aqui é que se reconfirme esta nomeação.

A Comissão foi criada no âmbito da Lei n.º 12/2004, de 30 de Março, que é a lei que regulamenta a instalação e modificação destes estabelecimentos comerciais. E portanto, o que se traz aqui é o pedido de designação do representante da Assembleia Municipal nesta Comissão.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora vereadora.

Alguém quer comentar?

Se não, ponho este ponto à votação!

Faça favor senhor deputado Carlos Poço.

DEPUTADO CARLOS POÇO (PSD)

Carlos Poço, PSD.

Senhor Presidente, por acaso preciso de um esclarecimento, isto é, se vamos reconfirmar que o Município vai ter um representante ou o nome do representante?



Porque o PSD neste caso, se é para indicar o nome do representante, vai indicar outro representante que não o senhor Joaquim Marques, e será o senhor deputado João Cunha. Não sei se isto carece de alguma votação secreta, nominal, é isso? Então teremos que a fazer.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhores deputados vamos lá a ver se nos entendemos.

Se o PSD não mudar o nome que estava antes confirmado é uma reconfirmação, portanto depende deles. Se eles não quiserem apresentar a proposta de mudança de nome, é uma reconfirmação. Se insistirem na mudança de nome, então não é o mesmo assunto e não votamos.

DEPUTADO CARLOS POÇO (PSD)

Senhor Presidente, porque é absolutamente necessário pôr a Comissão em funcionamento, nós mantemos tal e qual está na ordem de trabalhos, será reconfirmação e será o mesmo nome que estava que é o senhor Joaquim Marques.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Então assim não será necessário a votação secreta nominal.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com duas abstenções reconfirmar o seu representante, o senhor Joaquim Pereira Marques, na Comissão Municipal de Leiria para apreciação de diversos pedidos de autorização para instalação/modificação de estabelecimentos comerciais.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Antes de se retirarem, gostaria de dizer que realmente a questão que foi levantada relativamente à Comissão do Centro Histórico, a culpa é minha, porque sou eu que tenho que convocar essa reunião. Quem são os membros da Comissão do Centro Histórico que se encontram aqui? As pessoas sabem quem são? Muito bem.

Eu estive a consultar o calendário e decidi convocá-la para o dia 11 de Julho, às 18.00 horas. Ficará assim. Entretanto vou confirmar quem são as pessoas que integram esta Comissão e depois formalizaremos a convocatória.

Muito obrigado senhores deputados. Boa noite e um bom regresso a casa.

08-06-27 AM



ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 01.45 horas, mandando que de tudo para constar, se transcrevesse a presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, Assistente Administrativa Especialista, transcrevi e subscrevo. -----

APROVAÇÃO DA ACTA

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão de ordinária de 26 de Setembro de 2008, deliberou por maioria, quatro abstenções, aprovar a acta. -----

O Presidente da Assembleia

Manuel de Jesus Antunes

A Assistente Administrativa Especialista

Teresa Paula Pinto